

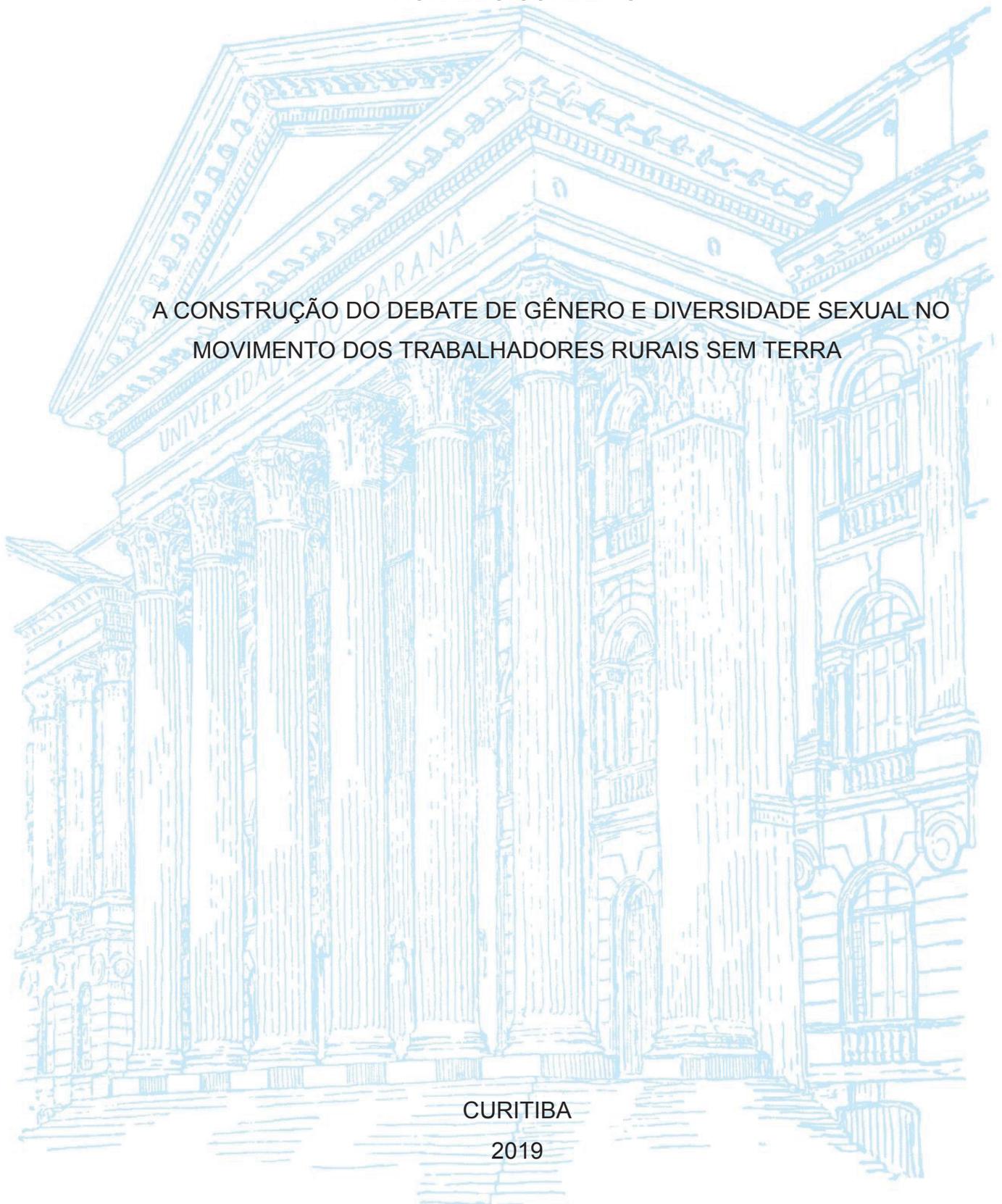
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AGNALDO CORDEIRO

A CONSTRUÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

CURITIBA

2019



AGNALDO CORDEIRO

A CONSTRUÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de pesquisa diversidade diferença e desigualdade social, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Fátima Schwendler

CURITIBA

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças Maria
Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Cordeiro, Agnaldo.

A construção do debate de gênero e diversidade sexual no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Agnaldo Cordeiro – Curitiba, 2019.

99 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Fátima Schwendler

1. Movimentos sociais rurais. 2. Reforma agrária. 3. Gênero – Aspectos sociais. 4. Identidade de gênero. 5. Diversidade Sexual. 6. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 7. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

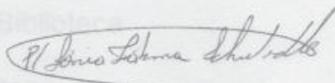
TERMO DE APROVAÇÃO

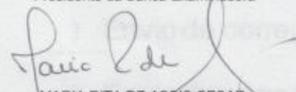
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **AGNALDO CORDEIRO**, intitulada: **A CONSTRUÇÃO DO DEBATE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**, sob orientação da Profa. Dra. SONIA FÁTIMA SCHWENDLER, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

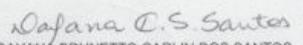
A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Novembro de 2019.


SONIA FÁTIMA SCHWENDLER
Presidente da Banca Examinadora


REGINA FACCHINI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)


MARIA RITA DE ASSIS CESAR
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS SANTOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

A quem dedicar este trabalho as pessoas que um dia ousaram de forma coletiva cortar as cercas do latifúndio que aprisionava a terra. Dedico este trabalho para as pessoas que desejaram uma outra sociedade onde não somente a terra pudesse ser livre, mas as gerações que assumem seu papel na história, dedico a todes Sem Terra do MST.

Dedico ao coletivo LGBT Sem Terra do qual faço parte, coletivo este quem tem construído o MST ao longo de sua história com a presença de inúmeras pessoas da diversidade sexual que fazem a luta das bases às direções.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sujeito coletivo, responsável por fazer a reforma agrária neste país, mas acima de tudo grande ferramenta educadora, onde milhares de Sem Terra aprenderam na luta o sentido da dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de agradecimentos vem no sentido de reconhecer sem grau de prioridade, mas pelo significado de cada pessoa que fez parte dessa caminhada junto a mim.

De uma maneira terna gostaria de agradecer a professora Sônia Fátima Schwendler, por ter me acolhido como seu orientando, me acompanhado no processo desafiador que é estudar, pesquisar e elaborar sobre um tema importante para camponeses Sem Terra. Agradeço por ter ajudado como educadora a ter mais um Sem Terra oriundo de escola do campo a chegar a esta titulação.

Nesta caminhada meu companheiro Rodrigo Pinheiro também teve sua tarefa, a de me ajudar sempre que o chamava a escutar a leitura dos escritos, debatendo ideias, lendo e ouvindo meus textos, para além disso me incentivando nos momentos de crise a não desanimar e me reencontrar na caminhada, por inúmeras vezes me levava e buscava na rodoviária, sempre estava me esperando chegar após um dia de aula e viagem.

A minha mãe Nilva Maria Cordeiro e ao meu pai Gerônimo Cordeiro por acreditarem em mim quando contei que havia passado senti que os mesmos ficaram muito felizes pois não é simples para um Sem Terra gay chegar a ser mestrando em uma Universidade Federal. Agradeço pela dedicação em esperar-me nas madrugadas frias quando retornava para casa, e lá estavam eles me esperando de forma carinhosa e acolhedora.

Agradeço também as professoras Dayana Brunetto, Maria Rita de Assis César e Regina Facchini que de forma construtiva apontaram onde melhorar no texto do trabalho, agradeço por terem dedicado tempo e atenção nesta caminhada.

SE EU NÃO PUDE AMAR
NÃO É MINHA
REVOLUÇÃO



terra com poesia

*"O patriarcado destrói,
O capitalismo faz a guerra.
O sangue LGBTQ também é
Sangue Sem Terra."*

Coletivo LGBTQ Sem Terra

RESUMO

A construção do debate de gênero e diversidade sexual no MST é problematizada aqui como parte da caminhada de um movimento social do campo, onde após o ano de 2015 inicia o debate formativo de construção de um entendimento sobre gênero e diversidade sexual das pessoas LGBT Sem Terra. Este debate necessariamente passa por uma relação com o projeto de Reforma Agrária Popular, entendido aqui como projeto para o campo. Objetiva-se com esta pesquisa compreender a constituição das pessoas LGBT Sem Terra e examinar como gênero e diversidade sexual são concebidos no processo de organicidade formativa do MST e em seu projeto de Reforma Agrária Popular. A metodologia utilizada foi a da observação participante. Foram realizadas também entrevistas com pessoas LGBT Sem Terra, o que permitiu constatar que o debate já vem há alguns anos sendo realizado nos espaços de encontros formativos e de luta, mas não com a visibilidade e o reconhecimento alcançados em 2015, com a realização do primeiro seminário com estudo e debate. A discussão de gênero e diversidade sexual precisa estar permeando o todo da organização, isso pelo seu caráter educativo, formativo e emancipatório para o MST e as pessoas Sem Terra, mas também por ser um importante instrumento político que reconhece a trajetória do movimento LGBT e aprende com ele. As LGBT Sem Terra afirmam que não é preciso sair do MST para discutir diversidade sexual, pelo contrário, trazer este debate para dentro do Movimento tem reafirmado o papel político que a organização assume no combate ao latifúndio e ao patriarcado quando incorpora ao seu processo organizativo o reconhecimento do coletivo LGBT Sem Terra.

Palavras chaves: Gênero. Diversidade Sexual. Sem Terra. MST. LGBT. Reforma Agrária.

ABSTRACT

The construction of the debate on gender and sexual diversity in the MST is problematized here as part of the journey of a rural social movement, where after 2015 the formative debate begins to build an understanding of gender and sexual diversity of LGBT people. This debate necessarily involves a relationship with the Popular Agrarian Reform project, understood here as a project for the countryside. The objective of this research is to understand the constitution of LGBT landless people and to examine how gender and sexual diversity are conceived in the process of formative organicity of the MST and in its project of Popular Agrarian Reform. The methodology used was that of participant observation. Interviews were also conducted with LGBT Landless people, which showed that the debate has been going on for some years in the spaces of formative meetings and struggle, but not with the visibility and recognition achieved in 2015, with the first seminar with study and debate. The discussion of gender and sexual diversity must be permeating the whole of the organization, this because of its educational, formative and emancipatory character for the MST and the Landless people, but also because it is an important political instrument that recognizes the trajectory of the LGBT movement and learns with him. The LGBT Sem Terra affirm that it is not necessary to leave the MST to discuss sexual diversity, on the contrary, bringing this debate into the Movement has reaffirmed the political role that the organization assumes in the fight against the latifundium and patriarchy when it incorporates the recognition of the LGBT Sem Terra collective.

Keywords: Gender. Sexual Diversity. Landless. MST. LGBT. Land reform.

RESUMEN

La construcción del debate sobre género y diversidad sexual en el MST se problematiza aquí como parte del viaje de un movimiento social rural, donde después del año 2015 el debate formativo comienza a construir una comprensión del género y la diversidad sexual de las personas LGBT Sem Terra. Este debate necesariamente involucra una relación con el proyecto de Reforma Agraria Popular, entendido aquí como un proyecto para el campo. El objetivo de esta investigación es comprender la constitución de las personas sin tierra LGBT y examinar cómo se concibe el género y la diversidad sexual en el proceso de organicidad formativa del MST y en su proyecto de Reforma Agraria Popular. La metodología utilizada fue la de observación participante. También se realizaron entrevistas con personas LGBT sin tierra, que mostraron que el debate ha estado ocurriendo durante algunos años en los espacios de reuniones formativas y de lucha, pero no con la visibilidad y el reconocimiento logrados en 2015, con la realización del primer seminario. con estudio y debate. La discusión sobre género y diversidad sexual debe estar impregnando a toda la organización, esto debido a su carácter educativo, formativo y emancipador para el MST y las personas sin tierra, pero también porque es un instrumento político importante que reconoce la trayectoria del movimiento LGBT y aprende con él. Todos los LGBT Sem Terra afirman que no es necesario abandonar el MST para discutir la diversidad sexual, por el contrario, llevar este debate al Movimiento ha reafirmado el papel político que la organización asume en la lucha contra el latifundio y el patriarcado cuando incorpora el reconocimiento del colectivo LGBT Sem Terra.

Palabras clave: Género. Diversidad Sexual. Sin Tierra. MST. LGBT. Reforma Agraria.

LISTA DE SIGLAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

RAP – Reforma Agrária Popular

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

LGBTQI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersex

GGB – Grupo Gay da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Marcha pela Reforma Agraria. Bahia 2015	25
Figura 2 Mulheres lutam pela vida, por direitos e por um país livre e democrático ..	29
Figura 3 Reunião de criação do Coletivo Nacional LGBT Sem Terra	42
Figura 4 Manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento LGBT	47
Figura 5 LGBT Sem Terra Região Sul	55
Figura 6 A Diversidade do Campo	56
Figura 7 Casal de mulheres assentadas em Santa Catarina	62
Figura 8 Corpo Político	67
Figura 9 Espaços LGBT Sem Terra	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR	25
1.1 A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NO MST	26
1.2 A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO PROTAGONIZADA PELAS MULHERES DO CAMPO	29
1.3 A INSERÇÃO DO DEBATE DA DIVERSIDADE SEXUAL NOS ESPAÇOS DA LUTA PELA TERRA DO MST	42
2. GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E LUTA DE CLASSES	55
2.1 A DIVERSIDADE COMO PRINCÍPIO FORMATIVO PARA O MST.....	56
2.2 O DEBATE DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COMO RESISTÊNCIA E LUTA POLÍTICA A IMPOSIÇÕES NORMATIVAS	62
2.3 COMBATER AS CERCAS DO LATIFÚNDIO, LIBERTAR-SE DAS OPRESSÕES PATRIARCAIS.....	67
3. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL EM DEBATE NOS ESPAÇOS DO MST	77
3.1 DIVERSIDADE SEXUAL: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO NA LUTA PELA TERRA..	78
3.2 ESPAÇOS FORMATIVOS DO MST E O DEBATE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	82
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERENCIAS	95

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto de análise o debate de gênero e diversidade sexual nos processos formativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. A relevância desta pesquisa está em dois fatos centrais: a inserção recente da temática nos espaços formativos e organizativos do MST a partir do protagonismo das pessoas LGBT Sem Terra; as dificuldades que enfrentam, em especial no contexto do campo, numa cultura camponesa, marcada historicamente por relações patriarcais e heterocisnormativa¹, onde se supõe que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais.

Examinar como este debate sobre um tema de extrema importância vem sendo compreendido pela militância Sem Terra, afirma a sua urgência e importância para as relações humanas dos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Atualmente, as pautas de luta do MST problematizam a relação dos seres humanos entre si e com a natureza, permeada pelo acesso e permanência na terra, assim como a construção de novas relações humanas de educação, produção de gênero e diversidade sexual. Estas relações perpassam a luta e estão diretamente relacionadas à construção dos espaços de vivência como assentamentos e acampamentos.

Quando a temática de gênero vai conquistando espaço na organicidade do MST, percebe-se mais nitidamente a sua importância. Passa-se a olhar as relações humanas com as lentes do gênero, o que leva a perceber as contradições latentes, as quais não estavam sendo problematizadas, levando a muitas interrogações sobre o projeto de reforma agrária em construção.

Esse avanço do MST para uma maturidade política, assumindo o debate de gênero e diversidade sexual na sua constituição, amplia a compreensão sobre as dimensões da luta e as pessoas que a fazem. No combate à concentração da terra

¹ O conceito de heterocisnormatividade refere-se às normas de gênero e sexualidade vigentes no Ocidente pelas quais o instituído como norma é o corpo não trans* e as práticas sexuais heterossexuais. O conceito funciona como uma junção entre heteronormatividade (LANZ, 2014, p. 311) e cisnormatividade (LANZ, 2014, p. 296; Beatriz BAGAGLI, 2016, p. 89).

começa a ficar mais explícita a demanda de superar relações arcaicas também nas dimensões humanas, pois não basta libertar a terra e não combater os sistemas de opressão, capitalismo e patriarcado que sustentam essa negação do direito à terra e à emancipação humana.

No decorrer da luta, o MST foi percebendo que apenas o acesso à terra não iria possibilitar uma verdadeira inserção social e o alcance de uma sociedade digna e almejada. Esta constatação fez com que o movimento se organizasse em setores e estes se articularam em busca de outras conquistas sociais. Assim, gênero passou a ser um setor de ação e de reflexão dentro da organização do MST. Cabe destacar que este setor, constituído inicialmente como coletivo de gênero, só se efetiva a partir do protagonismo das mulheres Sem Terra, que participaram desde o início da constituição do MST, dentro dos limites e das marcas de uma cultura patriarcal.

A abertura de uma discussão sobre a subjetividade das pessoas que fazem o MST, revela limites e contradições que estão sendo superadas quando ocorre a problematização das mesmas, com a busca de estratégias para o seu enfrentamento. No interior do Movimento, assim como em outros espaços da sociedade, encontram-se muitas relações de dominação, opressão, submissão e preconceitos. O machismo, o sexismo e a LGBTfobia perpassam as relações cotidianas e seu enfrentamento tem levado à interrogação do papel formativo dos processos do MST como um todo, uma vez que organizar pessoas é também problematizar e superar as relações que perpassam o meio onde vivem.

A militância talvez tenha mais espaços de discussão sobre os próprios preconceitos de gênero e diversidade sexual em função dos processos formativos que já ocorrem no MST e da itinerância da luta. Mas para a base do MST, que se forma mais diretamente na convivência e nas relações do assentamento e/ou do acampamento e, às vezes, de forma pontual, em manifestações e encontros de formação local, estadual, regional e nacional, este debate ainda precisa ser pautado. Considera-se que há a necessidade de refletir e ler o meio social e os espaços de atuação do MST com a lente do gênero, de modo que militantes Sem Terra possam compreender que precisam vivenciar sua relação afetiva, sexual, familiar, e romper com a hierarquia da sociedade que ficaram a margem. Com isso, é possível

compreender que agora, na luta pela conquista da terra e na luta por seus direitos, há também a luta para superar desvios ideológicos de opressão que limitam a maturidade política da organização.

A questão de gênero também passou a ser assumida como um tema que perpassa todos os setores e atividades do MST e, conseqüentemente, como uma luta política, com a finalidade de estabelecer novas relações sociais entre os militantes desta organização. Assim:

A luta de gênero complementa a luta do povo pela reforma agrária e devem ser simultâneas. Porque não existe uma verdadeira transformação da sociedade apenas mudando as estruturas político-econômicas. Devemos garantir também as novas relações pessoais na construção do novo homem e da nova mulher. Estes são alguns dos nossos grandes desafios para essa nova etapa de organização. Desafios que queremos compartilhar com todas e todos que acreditam ser possível a construção de uma sociedade de homens e mulheres novos, iguais, independentemente de etnia, raça ou gênero. (MST, *site* institucional 2002. FURLIN, 2013. p. 269).

O debate de gênero na organicidade do MST, protagonizado pelas companheiras, vêm afirmando uma nova postura política do movimento de luta pela terra e traz avanços para a proposta de Reforma Agrária Popular. A questão de gênero passa a ser assumida numa perspectiva para além da emancipação política da mulher, englobando o combate ao patriarcado, que é compreendido como “um sistema sexual do poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho”. (COSTA, 1998, p. 30). Um dos desafios colocados para o MST – como um movimento de massas, que defende em sua organicidade os valores libertários, no qual se reconhece a importância da diversidade humana que o compõe – é o debate da diversidade sexual e a questão do binarismo de gênero. A problematização destas relações vem sendo colocada pelo Coletivo LGBT Sem Terra, que se constituiu formalmente em 2015.

Ao afirmar isso, trago meu interesse pelo estudo relacionado à questão de gênero e diversidade sexual, para além das relações entre homens e mulheres, num modelo heterocissexual. Esse processo acompanha um pouco minha história de vida e militância no MST, onde aos 15 anos me afirmo como gay no colégio interno no qual estudava no Rio Grande do Sul, época essa que me colocava diante de

incertezas sobre a reação dos companheiros e companheiras de estudo e de luta pois, em 2002 o debate de gênero estava em construção.

Em processo de busca por respeito e reconhecimento, eu percebi que não estava sozinho. Vinham questionamentos, piadas indiretas, olhares agressivos de repúdio e agressividade. Mas, nada de cantadas e chamadas para conversas discretas e ou encontros na sala escura, ou no corredor que ligava o alojamento a agroindústria. Somavam-se companheiros e companheiras acolhedores/as e alguns também com suas orientações sexuais em processo de afirmação no território da luta pela terra. Isto permitiu o diálogo para nos entendermos como LGBT.

Inúmeras foram as conversas nos espaços que nos encontrávamos enquanto militantes dos vários setores da organicidade do MST, e foi a partir das conversas, buscando nos entender como partes de uma diversidade dentro dessa organização social de camponeses e camponesas que, informalmente, fomos nos pautando como composição dessa diversidade sexual existente. Enquanto militantes, com nossas diversas orientações sexuais e identidades de gênero, precisávamos construir uma relação de respeito no MST, assumindo tarefas e atividades de coordenação para então pautar as questões da diversidade sexual, formalmente, nos processos formativos e organizativos do Movimento Sem Terra. A trajetória foi árdua. Superar os pré-conceitos e não aceitar a discriminação tem sido um constante desafio, que aos poucos é incorporado pelo Movimento enquanto organização.

O desafio da pesquisa e a perspectiva expressa nesse trabalho passa pela defesa da existência de uma relação da temática de gênero e diversidade sexual com a luta por Reforma Agrária Popular no conjunto da luta de classes. Neste sentido, este trabalho se propõe a contextualizar gênero e diversidade sexual na trajetória de constituição do MST e verificar como este movimento foi agregando na sua pauta de luta o reconhecimento e respeito à diversidade sexual e de gênero existente em sua militância.

Entende-se que a formação política vivenciada no MST, considerando os avanços feitos ao longo de sua constituição, tem proporcionado uma compreensão mais crítica e aberta no entendimento de que não deva existir uma diferenciação quando militantes da diversidade sexual participam das atividades organizativas do

Movimento. A partir destas diferenças têm-se excluído, discriminado e violado seres humanos em diversos espaços, pelo fato destes não se adequarem ao padrão heterocisnormativo e moral de uma cultura conservadora. Ao trazer esta intencionalidade entendemos que é no cotidiano da luta que se apresentam os preconceitos, que entendem a diversidade sexual como um desvio pequeno burguês, como doença e anormalidade. Neste espaço de contradições, surge a necessidade de buscar a superação dessa visão que também se reproduz nos espaços de luta, ou muitas vezes dentro da família. Quando analisamos concepções e práticas no interior do MST nos deparamos com as conquistas e as contradições em relação à discussão de gênero e sobre como vem sendo construído o debate acerca da diversidade sexual nos espaços de formação do MST, que embora tenha seus limites frente à complexidade desta temática, vem desafiando seus militantes a se superarem no processo da luta. Esta superação está relacionada ao processo histórico de constituição das questões de gênero e que resultam em um espaço de debate onde lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, formalizaram sua caminhada na luta pela terra, ampliando o debate, que passou a ser pautado na luta do MST, mais especificamente no ano de 2015, a partir de uma roda de conversa realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes.

Anterior a isso, houve toda uma trajetória de estudo e proximidade com o tema. Esta trajetória foi feita por militantes LGBT que, além de buscarem entender o debate e a militância do Movimento LGBT, buscavam se compreender na luta pela terra. Como militantes do MST, as LGBT atuavam por vários setores e coletivos da organização e quando se encontravam em atividades nacionais, se reuniam para conversar sobre suas vivências, bem como sobre a inserção da temática da diversidade: Gay, Lésbica e Simpatizantes – GLS², no debate formativo do MST. Em 2002 em uma atividade nacional do Setor de Educação em Luziânia GO, um grupo de militantes de vários Estados do Brasil se reuniu durante o encontro para conversar sobre como trazer esta temática para dentro da organização, já que havia um reconhecimento entre os iguais que militavam no MST. Este encontro, embora

² Termo utilizado nos espaços de conversa da militância, pois neste período a distancia do tema para o todo do MST, limitava aos nomes e siglas corretas utilizadas pelo movimento LGBT.

tenha ocorrido com certo receio de represálias e gerado comentários, foi um momento de reconhecimento das pessoas da diversidade.

No 5º Congresso do MST em Brasília, no ano de 2007, mais uma vez presenciei e participei de um momento no qual se discutiu a importância do debate LGBT na organização. Conforme relato da militância da diversidade, estas iniciativas também ocorriam nos acampamentos e assentamentos, mas de maneira mais reservada, devido aos receios de se falar abertamente sobre o tema. O encontro de 2015 teve uma visibilidade maior, tendo em vista que ocorreu em um espaço de formação de militantes a nível nacional e internacional, também por ter sido divulgado por meio das redes sociais e de uma matéria no site oficial do MST. Essa roda de conversa toma uma dimensão enorme em poucos dias, e reflete uma acolhida do MST. Possivelmente outras conversas e debates tenham ocorrido e não foram somados aqui mas é importante destacar que houve uma trajetória de acúmulos pelo setor de gênero, com o debate da igualdade entre homens e mulheres, que refletiram nas discussões sobre diversidade sexual, e foram assumidas pelo MST.

Em sua constituição, como movimento social que resultou das lutas que o antecederam, o MST refez sua metodologia organizativa, bem como sua estratégia de luta. Num primeiro momento, o MST organizou o povo do campo sem a terra, mas com o passar do tempo passou também a organizar o meio urbano para construção da Reforma Agrária. Durante esse percurso, não se ateve em resolver apenas o problema da redistribuição da terra ou o acesso, mas lutou sempre pela transformação das relações sociais como um todo. Desde as primeiras ocupações aos primeiros assentamentos, militantes de varias idades estiveram presentes e construíram uma organização que não pretende suprir apenas questões materiais e econômicas. O MST busca também ressignificar valores e construir relações humanas, o que perpassa as questões de gênero e sexualidade.

No ano de 2015, após inúmeros diálogos, rodas de conversas e debates, superamos uma ansiedade de dizer: nós LGBT existimos nessa organização chamada Movimento Sem Terra e não vamos sair dela para debater e viver a diversidade sexual, pois aprendemos com o MST que precisamos libertar oprimidos e reeducar, quando possível, os opressores das liberdades humanas.

Nesse contexto de início da caminhada da diversidade sexual no MST estamos aprendendo com o movimento LGBT urbano, seu acúmulo teórico e sua experiência de luta e ao nos somarmos no aprendizado, agregamos forças no combate às violências que têm tirado vidas e reafirmamos, dessa forma, no nosso grito de ordem nacional um posicionamento político: “o patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é sangue Sem Terra” (MST, 2017). Aprendemos a ter coragem coletiva e organizada de cortar cercas que nos impedem de viver, produzir, existir desejar e amar. Realizamos neste mesmo ano, na Escola Nacional Florestam Fernandes, em São Paulo, nosso primeiro seminário nacional, com 13 estados e 35³ militantes, o que nos empodera junto a nossa organização, o MST, como LGBT Sem Terra. Esta luta trouxe um desafio para o MST: o de se ressignificar como uma organização de massas, na qual as questões de gênero e diversidade sexual façam parte da sua agenda formativa e de luta. Isso também passa por compreendermos que historicamente alguns modos de produção se valeram do controle sobre os corpos para impossibilitarem mudanças em direção a uma sociedade igualitária, econômica, jurídica e social.

Considerando este contexto, esta pesquisa interroga: Como militantes tem construído a identidade LGBT Sem Terra? Qual é o espaço de debate de gênero e diversidade sexual no MST e qual sua contribuição para o projeto de Reforma Agrária Popular?

Assim, o objetivo desta pesquisa está em compreender a constituição da militância LGBT Sem Terra e examinar como gênero e diversidade sexual são concebidos no processo de organicidade formativa do MST e em seu projeto de Reforma Agrária Popular. Este estudo se interessa também por compreender a constituição LGBT Sem Terra na organicidade do MST; verificar como e a partir de que processos formativos o debate da diversidade sexual vem se constituindo no MST a partir do coletivo LGBT Sem Terra; identificar como as questões de gênero e diversidade sexual estão sendo concebidas e como contribuem para fortalecer o projeto de Reforma Agrária Popular.

Argumenta-se que estas temáticas ampliam a agenda de lutas e de formação do MST, fortalecendo seu entendimento, não somente diante de uma conjuntura de

³ Dados extraídos do caderno de formação nº 05 Setor de Gênero.

ascensão de ideologias conservadoras, as quais estão acentuando cada vez mais a imposição de valores morais opressores, mas também por recriar o significado de gênero e diversidade sexual. De gênero, no sentido de fortalecer a luta pela transformação social, recriando relações humanas, sem opressão; e a diversidade sexual, quando passamos não somente a respeitar, mas a superar a diferença, a rotulação, entendida como produtora de desigualdades e opressões, e a entender o quanto isso nos fortalece como organização política coletiva.

A investigação sobre a diversidade sexual no MST passa pelo entendimento conceitual do território do Campo. O ponto de partida da pesquisa é o campo como território político e social onde militantes LGBT Sem Terra buscam, pela luta organizada, ressignificar a vida. Diante disso, o desafio constante que se apresenta consiste em transformar não somente as formas de produção com a terra, mas também as relações de igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual apreendidas na histórica luta pela terra construída pelo MST. Assim, utilizaremos a expressão campo com o intuito de fazer uma reflexão sobre “o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. (KOLLING; NERY; MOLINA,1999, p.26).

Essa pesquisa, imbuída de sua trajetória política e compromisso social com a transformação de seu ponto de partida, buscou nos bancos de dados como Google Acadêmico e Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) levantar informações sobre a trajetória da temática em questão e seus escritos até o ano de 2017, recorte de tempo necessário diante de uma conjuntura de enfrentamentos políticos do debate da diversidade sexual que não está somente nas ruas, mas na produção intelectual das pesquisas nas universidades.

A partir da utilização dos descritores: diversidade sexual, gênero, movimentos sociais do campo e dos booleanos and e or, no GOOGLE acadêmico e no banco de dados do capes identificamos inúmeros artigos dos quais, após a leitura dos títulos, foram selecionados 21 trabalhos que trazem no mínimo 2 descritores para a leitura dos resumos. A leitura dos resumos possibilitou perceber que os trabalhos, na sua maioria, estão relacionados a temática de gênero e a mulher; gênero e movimentos sociais do campo. No que se refere à diversidade sexual e campo, no Google

acadêmico, não foram encontrados trabalhos relacionados a estes dois descritores. O mesmo se repetiu no banco de dados da CAPES. Isso projeta o desafio da pesquisa nestas organizações sociais do campo nas quais o debate da diversidade sexual precisa ser amadurecido sem necessariamente desvincular-se do contexto político, cultural e local.

Como processo metodológico, para compreender os espaços de formação no MST e a constituição do debate da diversidade sexual e de gênero, trabalhei com a abordagem qualitativa. Desenvolvi pesquisa de campo, de forma participativa, visto que acompanhei os espaços de formação como membro do MST, nos quais procurei observar como acontece o debate sobre questões da diversidade e seus reflexos na militância do MST, em especial, como esta militância se posiciona em relação ao tema da diversidade sexual quando posto em pauta. Realizei oito entrevistas com militantes das diversas regiões do Brasil na intenção de mapear elementos do debate nos espaços formativos onde a diversidade da militância se encontra. O contato entre diferentes experiências culturais e a partir de diferentes níveis de discussão traz elementos importantes para serem problematizados. Adotei o critério da diversificação da amostra para convidar as pessoas para a entrevista. Entrevistei 3 pessoas do Nordeste, 1 do Norte, 2 do Sudeste, 2 do Sul. Em relação ao gênero e orientação sexual entrevistei 1 transexual, 2 lésbicas, 5 Gays e 1 hétero. A idade dos/as entrevistados/as variou entre 18 aos 60 anos de idade. Nesta definição da amostragem também observei a questão étnico racial, assim como o nível e os espaços de militância nos quais as pessoas participam.

Quanto à análise, organizei os dados por categorias que emergiram durante a pesquisa de campo. Os elementos extraídos das entrevistas foram analisados a partir das experiências individualizadas e coletivas. Com estes dados, busco construir proposições que venham a contribuir com o aprofundamento da maturidade do debate nos espaços formativos do MST, como parte da contribuição à diversidade sexual Sem Terra.

O trabalho foi organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo situa o território político e histórico em que a temática de gênero e diversidade sexual foi investigada, considerando a relação com o processo do projeto de Reforma Agrária Popular, sua trajetória de amadurecimento político e as mudanças no entendimento

da militância LGBT Sem Terra. Um segundo capítulo tem como objetivo problematizar, de forma reflexiva e crítica, o acúmulo teórico conceitual de gênero, diversidade sexual e luta de classes, direcionando para uma relação com o movimento de luta pela terra, e a análise do debate de gênero como instrumento analítico das desigualdades sociais e econômicas na formação humana de novos valores humanos, artísticos e espirituais. Já no terceiro capítulo, busco analisar a construção da trajetória da compreensão de gênero, diversidade sexual e o espaço de debate LGBT no processo organizativo do MST, a partir da pesquisa empírica. O desafio é refletir como este diálogo tem forjado para um amadurecimento político da militância Sem Terra, articulando o debate da luta de classes e da diversidade sexual e de gênero internamente nesta organização.

1. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR



Figura 1: Marcha pela Reforma Agraria. Bahia 2015⁴

A Reforma Agrária Popular tem se constituído como um projeto não somente para o campo ou sobre a democratização da terra. A Reforma Agrária Popular vem se afirmando como um projeto de sociedade, do campo e da cidade. Sua pauta traz também o debate das relações humanas emancipadas, que se projetam na vivência do novo, visando a superação dos limites das relações de gênero na vida social, na divisão social do trabalho e na convivência de forma livre e respeitosa com a diversidade sexual presente na sociedade.

Neste capítulo, procurei trazer a reflexão sobre as formas como o MST vem construindo um posicionamento sobre a temática de gênero e diversidade sexual no projeto da Reforma Agrária Popular. A partir de um breve histórico sobre os modelos de Reforma Agrária experimentados pelo mundo e os aprendizados extraídos dessa

⁴ Fonte: < <https://mst.org.br/2015/03/19/na-luta-contra-homofobia-juventude-sem-terra-pede-o-fim-da-violencia/>>. Acessado em: 13/12/2019.

análise, é possível identificar os limites na construção desta questão e as possibilidades de superação buscadas pelo MST para construir, de forma popular, este projeto.

1.1 A CONSTRUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NO MST

A reforma agrária, historicamente, aparece no capitalismo como necessidade conjuntural do capital resolver a questão social, advinda da concentração das terras (OLIVEIRA, 2007, p 67). No caso brasileiro, esteve ligada a processos de lutas e revoltas internas que revelavam a ineficácia intencional do Estado em não fazer mudanças na estrutura fundiária. A Luta que pauta a Reforma Agrária aflora uma contradição presente de que não existe uma política de distribuição de terras e consequentemente, de projeto de campo e ou de sociedade. “Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra”. (OLIVEIRA, 2007, p 67). Os dados do Data Luta revelam um crescimento da concentração da terra no Brasil. No ano de 2010, “as grandes propriedades passaram a deter 56.1% da área total dos imóveis contra 51.6% em 2003”. (DATA LUTA, 2011).

No Brasil, de fato, nunca houve uma reforma agrária como política de Estado, mas sim, desapropriações de terra para fins de assentamento, como uma forma de responder às pressões dos movimentos sociais de campo (FERNANDES, 2005). As realizações de reforma agrária por iniciativa do Estado sempre ocorreram na perspectiva de fazer uma correção das falhas do sistema capitalista, corrigindo suas lacunas na acumulação de capital e nunca na projeção de desenvolvimento social dos camponeses e das camponesas. A Reforma agrária, na perspectiva de desenvolvimento social, só tem ocorrido quando organizações políticas, como movimentos sociais têm, de forma organizada, pressionado o Estado para sua realização. A luta pela terra do MST pode ser pensada neste processo.

O nascimento do MST, formalmente em 1984, se dá a partir de uma necessidade objetiva: a conquista da terra. Contudo, já no início da sua constituição, o movimento procurou ampliar seus objetivos, defendendo a transformação social

como um objetivo central do seu projeto de Reforma Agrária Popular para a sociedade brasileira. Sua articulação se deu em caráter nacional organizando os sujeitos sem-a-terra, excluídos/as da sociedade. Num primeiro momento, trabalhou com os sujeitos do meio rural, e mais tarde, passou a organizar também o meio urbano para a efetivação da luta por terra.

A luta pela terra do MST, no seu percurso inicial, buscava a democratização da terra. No entanto, no processo, o Movimento compreende que não basta democratizar a terra, embora se atingisse, com isto, o fundamento do sistema capitalista de produção que é a concentração da propriedade privada. A ideia de Reforma Agrária já era presente na luta, como também a solidariedade de consciência de classe em continuar lutando coletivamente quando efetivada a conquista da terra. Essa solidariedade articulada a elementos históricos de lutas anteriores fez nascer uma proposta de reforma agrária em contraponto, não somente no que se refere à concentração da terra improdutiva, mas como combate das desigualdades sociais. Com isso, é possível entender que “a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital” (OLIVEIRA, 2007, p 67). Nesta perspectiva:

(...) a reforma agrária e a concentração fundiária é um dos alicerces do desenvolvimento capitalista da agricultura. Entendemos que a desconcentração da propriedade da terra é uma luta com valor em si, mas hoje é o debate de modelo de agricultura que a justifica desde uma visão de conjunto do projeto societário. A palavra “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção necessárias para outro padrão de uso e posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a reforma agrária na agenda de luta dos trabalhadores (...) (CALDART, 2015, p. 180).

Quando o MST se constitui, ele reafirma em seus lemas as lutas em defesa de um projeto de campo. Cada lema traduz a leitura da conjuntura da época. Lutar, construir Reforma Agrária Popular (MST, 2015, p 3), lema escolhido no VI Congresso Nacional do MST (2014), problematiza que só é possível uma Reforma Agrária de viés Popular por meio de uma luta organizada, que tenha o campo como expressão de luta, cultura e igualdade social (CALDART, 2012). A Reforma Agrária Popular, defendida pelo MST atualmente trata de um projeto popular de sociedade que

articula a luta pelo direito a terra, o debate das questões ambientais, as sementes como patrimônio coletivo dos povos, a produção saudável e de alimentos saudáveis, a educação e a cultura na busca e defesa dos direitos sociais e condições de vida digna para todas e todos.

Esse projeto de campo ou o projeto de reforma agrária popular tem como processo o debate de um modelo de agricultura e de relações humanas que se contrapõem à concepção vigente de campo e de agricultura, que busca criar um campo sem camponeses, sem diversidade agrícola ou humana. O projeto de Reforma Agrária Popular reafirma propostas de democratização da terra e dos bens da natureza. Defende que o campo produza alimentos saudáveis como parte de uma nova matriz tecnológica de produção e industrialização de alimentos, fortalecido por uma política agrícola na qual educação, produção, infraestrutura social e novas relações humanas e com a natureza sejam prioridades do Estado.

Neste projeto defendido pelo MST, destaca-se a importância do processo de emancipação política e social dos/as militantes da luta pela terra, ao mesmo tempo em que se defende a emancipação política da sociedade através de um projeto popular. Das suas primeiras ocupações aos primeiros assentamentos, homens, mulheres e crianças, com suas inúmeras identidades sempre estiveram ativamente presentes. Estes sujeitos foram construindo uma organização que não pretendia suprir apenas questões materiais e econômicas, mas ressignificar valores da vida em comunidade e construir novas relações humanas que superem as relações conservadoras disseminadas pela igreja, escola, mídias conservadoras, e por meio das práticas cotidianas dos sujeitos. Na caminhada sempre árdua, tais sujeitos/as resistiram a repressão (violência física e psicológica). Os atos de preconceito e as rejeições nunca foram estranhos para estes homens e mulheres, que excluídos/as do sistema capitalista não aceitaram a condição de miserabilidade e através da organização se levantaram e encontraram na terra, o direito antes negado, agora em conquista, ou seja, o sentido do direito à vida. E já na terra em conquista, se desafiam a vivenciar outras formas de relações humanas que não se pautem em situações de opressão. Este processo traz para a agenda da luta pela e na terra as questões de gênero e diversidade sexual.

1.2 A LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO PROTAGONIZADA PELAS MULHERES DO CAMPO



Figura 2: Mulheres lutam pela vida, por direitos e por um país livre e democrático.⁵

Além das questões materiais da luta pela sobrevivência e pela terra, o MST incorpora na sua pauta as questões das desigualdades nas relações de gênero, bem como o papel político da mulher na transformação dessas relações no espaço do campo. O MST reafirma sua existência como um sujeito coletivo e político de massas que busca superar as contradições de classe, raça, assim como as de gênero. Para François Houtart (2007, p. 421), “a história da humanidade caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas”.

A questão de gênero se torna mais explícita na luta pela terra, segundo Schwendler (2015), quando é discutido pela primeira vez, na ocupação da Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul, a partir do protagonismo das camponesas, o direito da mulher a terra, “desafiando-se a concepção tradicional da terra para o homem, chefe

⁵ <https://www.brasildefatomg.com.br/2018/03/07/8-de-marco-dia-internacional-de-luta-das-mulheres>

de família.” Estas proposições se formalizam mais tarde por meio da “cláusula da paridade de gênero (2000)⁶ e da obrigatoriedade da inclusão da mulher como beneficiária da reforma agrária (2003)” (SCHWENDLER, 2015, p. 98). A mudança na legislação garante a decisão da mulher sobre a parcela de terra, porém isso não é suficiente diante de uma cultura patriarcal, mas já é característica de mudança.

Atualmente, na luta pela e na terra, muitas companheiras têm assumido também a organização e coordenação dos acampamentos e assentamentos, ocupando tarefas de direção nos Estados e na direção nacional do MST. Há outras que são referências em processos de pensar a luta com suas análises e vivências, contribuindo com estratégias para ampliar conquistas políticas e materiais. Desta forma:

Em seu processo organizativo, o movimento social de luta pela terra dinamiza experiências sociopolítico-educativas que contribuem para a transformação das relações e identidades de gênero e para o desenvolvimento do capital social e político da mulher camponesa (SCHWENDLER 2015, p. 89)

Esse capital social do qual fala Schwendler, é fruto do processo de luta pela emancipação feminina, conforme analisa Celi Pinto (1992, apud SCHWENDLER 2015, p. 89), afirmando que, em decorrência da participação nos movimentos sociais de caráter popular,

(1) a mulher deixa de atuar apenas nos limites privado, provocando novas relações no interior da família e seu entorno; (2) a mulher passa a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens; (3) aquelas mulheres, organizadas em torno do aspecto tradicionalmente feminino, passam a questionar a sua própria condição. (PINTO, 1992, apud SCHWENDLER 2015, p. 89)

Como parte de um debate mais amplo da Via Campesina⁷, do qual o movimento e, em específico, as mulheres Sem Terra participam, o MST adota a paridade de gênero em sua organicidade como estratégia para enfrentar as assimetrias de gênero e superar o machismo, fortemente presentes na cultura camponesa, na qual se compreendia que só os homens eram capazes de conduzir

⁶ Essa cláusula prevê que as direções e coordenações da estrutura organizativa do MST seja composta por 50% homens e 50% mulheres.

⁷ A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses e se institui a partir de 1993.

a luta social. Este princípio organizativo também amplia o capital social, político e cultural das mulheres, pois uma das linhas políticas do movimento é que se busque “em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de homens e 50% de mulheres” (MST, 2003, p. 25). As linhas políticas definidas coletivamente e que encontramos registradas em muitos de seus materiais (MST, 2016) dizem respeito à participação de ambos os gêneros, compreendidos até agora em número de igualdade nas atividades. Isto revela a importância da participação de mulheres e homens, nas diversas instâncias organizativas e não só na luta cotidiana, embora ainda haja uma forte associação entre a identidade (sexual biológica) com as tarefas a serem assumidas pela coletividade.

A presença das mulheres no MST contribui para a superação cotidiana do limite da sua participação nos momentos de discussão e decisões, e nos mais diferentes espaços e momentos da organização. É compreensível diante de um movimento social que se auto organiza com camponeses carregados de tradições culturais conservadoras, que para as próprias mulheres que foram e são educadas com preceitos de subalternidade aos homens, se encontre dificuldades para romper as cercas do machismo, incorporado também por elas, não como uma opção, mas como fruto de uma educação hierárquica que prezava e preza pelo patriarcado como condutor da organização da sociedade. Nesta perspectiva:

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato (PATEMAN, 1993 apud SAFFIOT, 2015, p. 56).

Não podemos deixar passar despercebido também que, apesar de muitas mulheres do campo terem incorporado a cultura patriarcal em sua consciência pelo processo de educação familiar, escolar, e religiosa, há também aquelas mulheres ousadas, que contrapõem esta lógica ao perceberem que são elas as responsáveis por grande parte da manutenção econômica dos lotes, com a produção artesanal de alimentos, pelo serviço da roça, que é considerado pelos homens como pesado,

mas que para elas é parte da rotina diária, além dos trabalhos domésticos e do cuidado e da educação dos filhos e filhas.

Mostram assim que apesar de se atribuírem rótulos de sensíveis e frágeis, elas compõem força de trabalho expressiva no campo. São elas que têm a dupla ou tripla jornada de trabalho. Apesar disto, acabam tendo geralmente menos poder decisório sobre as questões administrativas referentes ao lote de terra e à renda, papel atribuído ao homem que, em muitos casos, não assume o trabalho doméstico e o cuidado dos/as filhos/as, por entender que estes são de responsabilidade natural da mulher, sendo a sua única responsabilidade o serviço da roça, assim como a comercialização da produção.

Contudo, estas injustiças de gênero vêm sendo enfrentadas a partir da luta e organização das mulheres. É um processo que vem se construindo a exemplo de movimentos na história. As mulheres sempre contribuíram ativamente na luta, porém, sua participação não foi respeitada e reconhecida em seus exemplos de militantes, companheiras, mulheres conscientes do compromisso em não apenas mudar a sua condição social, mas em dar continuidade à superação de preconceitos e rótulos que a elas são atribuídos.

Violadas não apenas na sua integridade física e psicológica pelo sistema capitalista, mas também por homens machistas tidos como companheiros conjugais, ou de luta, que também não deixam de ser violados quando reproduzem práticas destoantes de um projeto de uma nova sociedade. Embora em muitas situações compreendam as desigualdades nas relações conjugais e extraconjugais, nada fazem para mudá-las, pois a cultura patriarcal os favorece na condição privilegiada. Isto nos mostra que as injustiças e hierarquias de gênero precisam ser enfrentadas. Não podemos continuar produzindo relações de opressão, preconceito, discriminação. As futuras e as atuais gerações não podem continuar reproduzindo um modelo patriarcal, muitas vezes, conscientemente, quando dentro de nossas casas, frente às nossas crianças, submetemos mães, mulheres, filhas a determinados espaços na divisão sexual do trabalho. Ou quando as estimulamos a calarem-se diante dos negócios, de assuntos políticos, ou a serem objetos de prazer, tratadas como seres sem sentimentos, sem posição, sem direito a escolhas, não

respeitadas quando opinam. Em casos mais extremos, muitas são reprimidas verbalmente e, muitas vezes, fisicamente. Nesse sentido, para Pierre Bourdieu:

A postura submissa que se impõe às mulheres cabilas representa o limite máximo da que até hoje se impõe às mulheres, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, e que, como inúmeros observadores já demonstraram, revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc. (BOURDIEU 2014, p. 47).

Condições similares também ocorrem em assentamentos e outras comunidades de camponeses no Brasil e na América Latina, mesmo nos territórios em que os movimentos sociais atuam com suas pautas de combate a desigualdade de gênero e emancipação da mulher. Muitas vezes, se cultua discursos carregados de chavões, conceitos sem contextos políticos históricos, os quais é preciso mudar. Mas qual mudança? Por onde devemos iniciar? Quem são as pessoas destas transformações? O que estamos ensinando às crianças quando estes exemplos são naturalizados no cotidiano familiar?

Apesar das similaridades, neste estudo, as relações de gênero são tomadas como construções sociais e culturais, próprias de cada meio. A partir disso, é possível compreender que não existe o homem e a mulher como categoria universal, uma vez que são construções culturais, dinâmicas e históricas e a forma de conceber seres humanos se dá de modo diferente de uma sociedade para a outra, bem como em diferentes momentos históricos de uma mesma sociedade, e em diferentes contextos como no campo. Segundo Scott, o uso de gênero é um aspecto que se poderia chamar de busca por uma legitimidade institucional para os estudos feministas. “Gênero tanto é substituto para as mulheres como igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o aspecto ‘mulheres’ é necessariamente informação sobre os homens, que implica no estudo do outro” (SCOTT, 1995, p.7).

O gênero, tanto como categoria analítica quanto como processo social, é relacional. Dessa forma, entende-se que as relações de gênero são processos complexos e instáveis constituídos por e através de partes inter-conectadas. Portanto, não se poder fazer um debate somente no campo das relações humanas, mas precisa estar conectado com as múltiplas questões das ações humanas.

A construção das relações de gênero também se realiza por meio da desconstrução de significados que foram dados pela biologia, pois a introdução da

categoria gênero permite que se incorpore também a dimensão cultural às dimensões psicobiológicas das diferenças entre o sexo masculino e feminino. Assim:

O conteúdo real do ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente variáveis de acordo com épocas e culturas (...). As relações de gênero tanto quanto temos sido capazes de entendê-las, tem sido relações de dominação (...). As relações de gênero têm sido definidas e controladas por um de seus aspectos inter-relacionados – o homem (FLAX, 1992, p. 227-228).

Scott enfatiza a conexão entre gênero e poder, incluindo entre os elementos que compõem o conceito de gênero, as representações simbólicas e os conceitos normativos. Tais elementos podem desvendar o processo que tanto podem manter como alterar a atual hierarquia entre os gêneros. Segundo Scott, o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p.14).

Como se constata em sua definição, as relações de gênero entre os diferentes sexos são também relações de poder. Desta forma, o conceito de gênero permite compreender que as relações entre homens e mulheres, na sociedade atual, não são relações de igualdade, mas de hierarquia, nas quais o poder ainda se concentra no âmbito do masculino.

A partir da utilização da categoria gênero no processo de compreensão das relações entre mulheres e homens, o MST tem rejeitado as justificativas biológicas. Estas legitimam as desigualdades sociais entre os sexos, já que “o uso do ‘gênero’ coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem diretamente pela sexualidade” (SCOTT, 1995, p.2; grifo da autora). O conceito de gênero integra conotações psicológicas, culturais e a ideologia, como a própria religião, que se constituem como elementos importantes na reprodução do sistema patriarcal. O patriarcado é conceituado por Martelo, Gonzáles e Arellano

(...) como um sistema familiar social ideológico e político, mediante o qual os homens, por força e mediante a pressão direta ou através dos ritos e tradições, leis, linguagens e costumes, educação e divisão do trabalho determinam o que as mulheres podem ou não podem desempenhar, colocando-as num papel de subordinação em relação ao homem (MARTELO; GONZÁLES; ARELLANO, 1994, p.167).

A sociedade capitalista reacionária e conservadora tem a família como a união entre o homem e mulher com fins de procriação e, tem neste pacto, sua base ideológica de reprodução de uma hierarquia instituída na opressão de um ser sobre outro na relação familiar, pois incorpora esta perspectiva, reproduzindo-a na distribuição dos papéis sociais, legitimando a relação de poder e dominação. Também tem o casamento heterossexual com a finalidade reprodutiva e de manter e aumentar as riquezas como uma espécie de acordo político e ou econômico desde as sociedades antigas às atuais. Neste contexto, a diversidade sexual é vista como uma doença, como um distúrbio psicológico, por não se enquadrar neste modelo por completo, tanto pela procriação, quanto por subverterem a ordem dos padrões morais religiosos ocidentais vigentes. Porém, não significa que fogem a regra da exploração e consumo capitalista, pois são afetados por um padrão de estímulo de consumo que tem se estabelecido com fins lucrativos para o público LGBT.

Na consolidação do MST no processo da luta pela terra a participação da mulher é fundamental, na história documentada do movimento. Contudo, seu papel esteve um tanto invisível. Esta invisibilidade é praticamente uma marca de quase todas as lutas camponesas, uma vez que no Brasil vemos uma longa história de luta por mudanças na estrutura fundiária e as referências são sempre de homens. Sobre a participação da mulher encontram-se poucos registros e os que se têm estão apresentados de forma esparsa.

Mas a questão de gênero na compreensão política do MST torna-se aos poucos uma temática visível na organicidade, justamente para romper com o ciclo da história feita por homens que desconsideram a militância das companheiras. Estas buscam, a partir do I Encontro Nacional das Mulheres do MST, no ano de 1996, abordar o tema gênero como parte de um processo de reeducação dos/as sujeitos/as, pois gênero não é sinônimo de mulher e sim das relações humanas entre homens e mulheres. Isso marca a trajetória do movimento como um todo e revela que atualmente, para o MST, a luta pela reforma agrária popular cada vez mais ultrapassa a conquista da terra e aprofunda seu compromisso na luta por uma educação de qualidade, pela preservação da biodiversidade que ainda existe, pela conquista de direitos para uma condição de vida digna para homens e mulheres e isso implica em buscar transformações societárias mais amplas. Nesse sentido:

[...se] evoluímos nas conquistas econômicas e sociais, entendemos ser possível e necessário crescer como mulheres e homens novos, construindo novas relações sociais, novas relações com o meio ambiente e novas relações econômicas baseadas em novos valores como companheirismo, solidariedade, divisão dos trabalhos, educação, filhos, a igualdade entre mulheres e homens, considerando a diferença como elemento enriquecedor e não como fator de discriminação, visando a participação quantitativa e qualitativa das companheiras e dos companheiros em cada um dos espaços conquistados pelo MST: na produção, educação, saúde, comunicação, lazer e formação, assim como nas instâncias de decisão do MST. (Site Institucional do MST. CORDEIRO, 2008. p.41).

Ao incorporar novas lutas, como parte do processo de Reforma Agrária Popular, o movimento assumiu, também, o discurso da luta pela igualdade de gênero, porém no início, esta questão era vista como um tema específico das mulheres, como se vê neste fragmento de texto encontrado no site oficial do MST/SP:

Naquela época a compreensão sobre a questão de gênero no MST, era a de que as mulheres deveriam discutir suas questões específicas como problemas a serem resolvidos, fundamentalmente pelas próprias mulheres com o apoio da organização, a preocupação era como envolver o maior número de mulheres na luta pela reforma agrária. No entanto, para as companheiras a preocupação sobre a participação da mulher não era uma questão de quantidade, mas também e fundamentalmente de qualidade é que exigia a participação dos companheiros e da organização de uma maneira mais intensa (Site Institucional do MST. CORDEIRO, 2008. p.42)

O movimento foi avançando na compreensão de que as questões de gênero interessavam tanto aos homens quanto às mulheres. Desta forma, a incorporação do debate de gênero no MST contribuiu para que o movimento amadurecesse a compreensão de sua importância. Assim:

(...) era necessário avançar no entendimento da questão de gênero com as companheiras, mas também com os companheiros, em todos os setores e instâncias do MST, deixando de ser um debate de responsabilidade das mulheres e passando a ser um desafio da organização MST. (Site Institucional do MST. CORDEIRO, 2008. p.42).

Isso levou o movimento a definir os objetivos e as primeiras linhas de ação nos Estados e a nível nacional. Esta ampliação fica visível no discurso do movimento e na sua agenda de luta. Há uma preocupação de como as mulheres e os homens são incluídas e incluídos no processo de definição das linhas políticas e como esse processo se concretiza nas relações cotidianas.

Esta iniciativa do movimento em unir as lutas de classe e gênero pode ser vista como um avanço no discurso e na prática. Isso altera a forma de compreender o processo de transformação da sociedade, uma vez que a dominação não se dá apenas via classe, mas também em função do gênero. A dominação de gênero ocorre de forma interseccionada nas micro e macro relações de poder entre homens e mulheres, ou seja, no espaço da casa, do trabalho e nas relações políticas, nos espaços organizativos e comunitários, dos movimentos sociais. Nesta perspectiva:

As relações de classes estão presentes na reprodução, assim como as relações de gênero penetram na produção. Não existem fronteiras para as relações humanas, sejam elas de gênero ou de classes, uma vez que elas são constitutivas umas das outras, fundindo-se numa simbiose da lógica contraditória (SAFFIOTI, 1992, p. 206).

Esta compreensão tem contribuído para que as mulheres camponesas da Via Campesina e, em específico do MST, façam uma releitura da relação entre classe e gênero e construam, a partir de suas práticas, o feminismo popular e camponês; um feminismo construído de forma coletiva, a partir da luta contra todas as violências no campo e, em especial as de gênero, articulada ao desafio de construir um Projeto Popular de Agricultura Camponesa na ótica feminista (SCHWENDLER, 2017).

Essas constatações revelam e confirmam que a preocupação com a questão de gênero não se restringe a um setor isolado do MST, mas perpassa outros setores de reflexão no interior do movimento, uma vez que as novas relações que o movimento almeja construir no seu interior atingem as dimensões sociais, políticas e econômicas e percebem a educação como o principal instrumento para este fim. Porém, quando falamos na educação, estamos pensando num espaço que extrapola os espaços formais da educação, ou seja, esta discussão deve estar presente nas mais diferentes esferas da organicidade e no exercício permanente de construção das relações humanas do MST. Nesse sentido:

A educação aberta para o novo é uma educação aberta para entender e para construir as novas relações sociais e interpessoais que vão surgindo dos processos políticos e econômicos mais amplos em que o MST está inserido (...) já aprendemos que a transformação social é um processo complexo, que não se resume a uma tomada de poder político ou econômico. Ela implica um processo de outras tantas mudanças que serão capazes de construir um novo tipo de poder, não mais repressor e opressor. Isso tem a ver com novos valores, novas relações entre as pessoas, homens e mulheres, adultos e crianças, dirigentes e base, novos posicionamentos diante das várias questões da vida (PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST, 1999, p.7).

As discussões de gênero, num estudo como esse evidenciam a possibilidade de se entender tais discussões como um instrumento teórico para uma abordagem analítica das relações sociais. Para Izquierdo (1990) poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras.

A existência da hierarquia de gêneros é tomada para uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma.

Chamo a atenção para o que se coloca como sendo o espaço social do gênero, já que isso tem uma grande importância quando se analisa a questão da mulher na relação com o trabalho. O modo de contribuição masculina para a produção da existência é diferente do feminino a partir de uma construção sócio histórico cultural. Desse modo, as atividades vistas como masculinas produtoras da existência estão localizadas em espaços distintos das femininas, que resultam em dois campos: campo da sobrevivência (doméstica); campo de transcendência (pública). Cada um destes campos constitui, pela reiteração, o espaço social de um dos gêneros, sendo o campo doméstico o espaço atribuído ao gênero feminino e o campo público atribuído como próprio do gênero masculino.

É importante lembrarmos que a separação da sobrevivência e da transcendência em dois campos, converte as atividades que se desenvolvem em cada um deles em relações de alienação, porque um carece do sentido se não se refere ao outro. O que importa aqui não é estabelecer valorações a respeito da importância relativa de cada um dos campos, mas sim assinalar num todo, que sobrevivência e transcendência doméstica e pública, masculinidade e feminilidade não são outra coisa que as duas caras da mesma realidade única e indivisível.

A tentativa de construir o ser mulher enquanto subordinado, ou como diz Saffioti (1992), como dominada-explorada, vai ter a marca da naturalização, do

inquestionável, já que se atribui tais lugares sociais à natureza. Todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se, sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade.

Nas relações de gênero se refletem concepções de gênero internalizadas pelos sujeitos. Eis porque o machismo não constitui “privilégio” de homens, sendo parte das mulheres também suas portadoras. A identidade de “quem somos” ou seremos vai se constituindo através das relações com os outros, com um dado mundo objetivo. Cada pessoa internaliza as relações sociais do seu meio, construindo em si uma identidade pessoal, uma história de vida e um projeto de vida.

Neste processo o fato de se pertencer a um gênero ou outro, ser menino ou menina também conforma as referências iniciais no mundo, ou seja, é pressuposta uma identidade que é resposta a cada momento. Uma vez que a identidade pressuposta é resposta, ela é vista como ‘dada’ e não se ‘dando’. É como se uma vez identificado o sujeito, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto. Na linguagem corrente ouvimos dizer eu sou mulher ou eu sou homem quando deveríamos nos referir a eu estou sendo, uma vez que as identidades são temporais e se podem modificar a partir das experiências vividas.

De certa forma reatualizamos, através de ritos sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista como algo dado. Com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-se mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social. Não podemos deixar de destacar que sofremos cotidianamente uma imposição de condutas, normas e valores morais que não são vividos de forma tranquila numa assimilação simples e mecânica. Ao contrário, à medida que são impostos e não dados por uma pretensa natureza há conflitos e resistências que vão sendo confrontados com os limites concretos impostos muitas vezes pela violência psicológica e física.

As relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o sujeito masculino não é unicamente diferente do sujeito feminino. Esta diferença de poder torna possível a ordenação da

existência em função do masculino, que se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia do ser masculino.

A divisão sexual do trabalho tem sido outro importante conceito para compreensão do processo de constituição das práticas sociais permeadas pelas construções dos gêneros a partir de uma base material. A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições e valores que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria e ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, no valor atribuído ao trabalho.

A divisão sexual do trabalho em si cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no trabalho e recria também uma subordinação que existe em outros campos do meio social. Portanto, a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução material, cultural e simbologia. E a explicação pelo fator biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é dado como espaço por excelência da mulher na sociedade e a entrada no meio público, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações esperadas do feminino. A divisão sexual do trabalho, como base material do sistema de sexo-gênero concretiza e dá legitimidade às ideologias dominantes, representações e imagens de gênero. E estas, por sua vez, fazem o mesmo movimento em relação às práticas cotidianas que isolam as mulheres nas esferas reprodutivas e produtivas, num eterno processo de mediação.

Para Kergoat (1996), que aborda as “relações sociais de sexo”, o conceito de gênero leva a uma visão sexuada dos fundamentos e da organização da sociedade, ancorada materialmente na divisão sexual do trabalho, num esforço para pensar de forma particular, mas não fragmentada, o conjunto do social, já que as relações de gênero existem em todos os lugares, em todos os níveis do social. Esta abordagem deve estar integrada em uma análise global da sociedade e ser pensada em termos dinâmicos, pois repousa em antagonismos e contradições.

O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação. A relação de pertencer a uma classe, a um grupo, constrói relações de pertença. Com isso, é possível pensar que gênero representa não uma pessoa, mas uma relação social de pessoas, ou seja, um ser humano por meio de uma classe. Todos nós seres humanos somos classificados e formamos em cada meio econômico, social e cultural, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sujeito/sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias de um determinado meio social. É importante destacarmos que as significações variam de acordo com fatores econômicos e culturais, portanto, qualquer sistema sexo/gênero está fortemente ligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Tendo em vista estes elementos é possível concluir que na construção do ser humano sexo/gênero e a semelhança que caracteriza todos os sistemas de gênero diante das diferentes sociedades são compreendidas como sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social, conforme Lauretis (1994) apud Carloto (2001, p. 209) que afirma que “a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação”. Para Lauretis

o sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos social. (LAURETIS (1994 apud CARLOTO, 2001, p. 209).

O uso de gênero como conceito e sua aplicação estão fortemente impregnados de uma dimensão política, tanto na sua essência quanto nos seus propósitos, pois as relações de gênero são determinadas também pelas condições materiais de classes sociais. Ele ganha força a partir do movimento feminista, cujas principais propostas estão voltadas às mudanças nas relações de poder tanto no âmbito público como no privado, procurando abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais. Tudo que temos é resultado da produção de quem nos antecedeu, movimentos que buscaram através da luta e resistência construir meios para que fosse possível viver em harmonia sem se desconsiderar as diferenças que nos compõem enquanto seres humanos repletos de capacidades técnicas e afetivas.

Ao analisar concepções e práticas no interior do movimento, evidenciam-se conquistas e contradições em relação à compreensão do discurso de gênero construído pelo MST até o presente, embora tenha seus limites frente à complexidade desta temática em resultados concretos. Com este estudo, busco não só uma contribuição para a uma compreensão mais ampla na trajetória histórica da concepção de gênero e na sua relação com a participação dos sujeitos da diversidade sexual na sociedade, como também pontuar talvez novos elementos críticos na organicidade do MST.

1.3 A INSERÇÃO DO DEBATE DA DIVERSIDADE SEXUAL NOS ESPAÇOS DA LUTA PELA TERRA DO MST



Figura 3: Reunião de criação do Coletivo Nacional LGBT Sem Terra⁸

Com a construção ampliada de uma reflexão sobre gênero, incluindo o debate da diversidade sexual, o MST vem se apresentando como um dos espaços de discussão e elaboração dessa temática, porém não o único, de reconhecimento das

⁸ Fonte MST (2015).

peças homoafetivas. Uma análise do processo de exclusão demonstra que o preconceito pode ser superado, quando problematizado. É no afastar-se do outro que se perde a sensibilidade de sentir o respeito pelos valores humanos, a noção de aceitação do outro, do novo que, como vimos, não é tão novo, do diferente para a atual sociedade. Com isso, reproduz-se ações preconceituosas e práticas excludentes, que rejeitam não apenas pessoas, mas a vida, por meio da oposição a convivência com pessoas que não se enquadram nos atuais padrões culturais, fundamentados por uma moral conservadora.

O MST defende a vida, acredita e luta para construir um mundo sem exploração, injustiça e desrespeito. Um mundo que não produza pessoas excluídas. Um mundo de seres humanos, para seres humanos, em todo lugar. Isto traz o desafio de enfrentar as questões de gênero e diversidade sexual presentes no campo. Relacionado a um de seus objetivos de luta, a transformação social, a partir do protagonismo das mulheres, vem desenvolvendo desde 1996 o debate de gênero e, mais recentemente, a partir do protagonismo das LGBT Sem Terra, o debate da diversidade sexual.

A organização das mulheres do MST na construção da luta pela igualdade de gênero resultou, segundo Mariano e Paz (2018, p. 309) “de um processo riquíssimo de experiências e deixou alguns ensinamentos dos quais as [pessoas] LGBTs se nutriram para começar o seu processo de organização”. Os autores destacam dois motivos para o estabelecimento da relação entre a organização das mulheres e as pessoas da diversidade sexual: (1) A compreensão de que as mesmas estruturas responsáveis pelas relações de exploração e dominação que subjagam as mulheres, também subjagam LGBTs, a exemplo da ordem patriarcal de gênero que impõe de forma compulsória um modo de vida heterossexual aos homens e mulheres. (2) A organicidade do MST e o papel desempenhado pelo setor de gênero, particularmente, a partir do protagonismo das mulheres Sem Terra. Sua auto-organização tem sido crucial para avançar na luta pela terra, trazendo para sua pauta uma agenda feminista.

O Debate sobre a diversidade sexual no MST nasce de um processo emancipatório das LGBT Sem Terra com o objetivo de fortalecer o MST como organização social e de massas, mas nasce também a partir do reconhecimento da

diversidade sexual que compõe a militância nas pautas defendidas pelo movimento. Um elemento importante a ser trazido aqui é a aproximação de organizações sociais que compõem o movimento LGBT com o MST, o que contribui para o nascimento do debate e do Coletivo LGBT Sem Terra. Essa aproximação tem ocorrido porque, assim como o MST buscou aprender com outras organizações sociais de luta, o Coletivo LGBT Sem Terra tem buscado aprender com o movimento LGBT, que é urbano, e com suas formas de fazer luta, bem como com o acúmulo teórico e político que este movimento construiu em sua trajetória organizativa, uma vez que, historicamente, este tem feito o enfrentamento ao Estado, à religião e à ciência na luta pela liberdade sexual.

O movimento homossexual, por exemplo, segundo Facchini e Rodrigues (2018), nasce no final da década de 1940, a partir da desconstrução da imagem distorcida da homossexualidade, tendo como marco internacional, a “Revolta de Stonewall”, ocorrida em 28 de junho de 1969, num bar de frequência homossexual em Nova York nos Estados Unidos, no contexto do movimento da contracultura. Com o aparecimento da categoria transexual nos Estados Unidos, no final da década de 1960, início de 1970, o movimento busca fazer uma crítica ao Estado sobre as dificuldades de se fazer as mudanças no corpo, bem como para denunciar a violência policial, que envolve não só pessoas LGBT, mas também mulheres, negras e homens negros. Estas situações contribuíram para lutas articuladas e interseccionais envolvendo o movimento negro e o movimento feminista.

Com base nos estudos de Geen (2003), Mariano e Paz destacam que em países da América Latina como Argentina e México, as organizações de lutas em favor da causa LGBT nascem a partir da militância da esquerda e da luta anti-imperialista. “Assim, não surpreenderia que um desses grupos que se formaram no México em 1978, [como] a Frente Homossexual de Acción Revolucionaria, adotasse a linguagem e o simbolismo da esquerda” (MARIANO; PAZ, 2018, p. 291).

No Brasil, na efervescência da ditadura militar, ganha visibilidade em meados dos anos 70, “o movimento feminista, e na segunda metade da década, surgem as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo (...), e do movimento homossexual, como o Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, em São Paulo” (FACCHINI, RODRIGUES, 2018, p. 236). Para os autores, na década de 1980, há

uma mudança da concentração do grupo do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, para Rio de Janeiro-Nordeste, tendo como foco de luta a garantia dos direitos civis.

Há três marcos importantes da atuação desses grupos nesse período: a adoção da categoria 'orientação sexual' como forma de procurar superar as disputas entre as ideias de ser e estar homossexual; a participação no processo constituinte procurando inserir a não discriminação por 'orientação sexual' e a condução da campanha que, em 1985, obteve a retirada da homossexualidade do código de doenças do Inamps. (FACCHINI, RODRIGUES, 2018, p. 239).

A década de 1990 é marcada pelo nascimento de inúmeros grupos em vários Estados brasileiros com diferentes formatos, bem como com uma diversidade de atuação. Facchini e Rodrigues (2018, p. 241-242) destacam o final dos anos 1990 e a primeira década de 2000 como “um período marcado pela atuação por vias institucionais, por formatos de organização mais institucionalizados e pelo diálogo com o Estado, seja via legislativo, seja via executivo”. A primeira década do século XXI é marcada pelo crescimento da visibilidade e do reconhecimento dos direitos LGBT, num contexto de ascensão à presidência do Partido dos Trabalhadores que, historicamente, assumiu compromissos com essa pauta.

Nesta conjuntura, foram estabelecidas alianças e parcerias entre o Governo Federal e os movimentos feminista e LGBT para o combate à violência contra as mulheres e a chamada LGBTfobia e pela promoção dos direitos relacionados à diversidade sexual. Em 2004, o Governo Federal lançou o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transexuais, Bissexuais e de Promoção da Cidadania de Homossexuais, “Brasil sem Homofobia”, que previa a promoção da paz e a não discriminação como *Direito à Educação* (BRASIL, 2004). Destaca-se o avanço dessa agenda no executivo e no judiciário. Em 2011, por exemplo, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a União Estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça determinou aos cartórios o registro do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (FACCHINI, RODRIGUES, 2018).

Mariano e Paz (2018) afirmam que as pautas relacionadas à temática da diversidade sexual e de gênero à medida que ganharam espaço na cena política do país, também contribuíram para que se estruturasse o debate LGBT no MST. Por um lado, na contramão da história, com o crescimento do conservadorismo no

Congresso Nacional e a influência das igrejas ocorre um ataque ao avanço de políticas afirmativas da população LGBT. Este ataque se explicita por meio da apresentação de projetos como a “cura gay” e o ataque aos currículos escolares e ao Plano Nacional de Educação (PNE), em relação à inclusão da temática no trabalho pedagógico escolar. Por outro lado, houve uma ampliação dos movimentos sociais e de manifestações públicas que passaram a apoiar a pauta.

Este preconceito reativo contra conquistas importantes das mulheres e da população LGBT, tem transformado o gênero, a sexualidade e a diversidade sexual em alvos de uma guerra político-moral a partir da afirmação de uma “ideologia de gênero” e de uma narrativa que visa a “re-naturalização” do corpo, do sexo e do desejo (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 144). Instala-se um “pânico moral”, de acordo com Gayle Rubin (1993), “onde alguns medos atacam desafortunadas atividades sexuais e populações” (RUBIN, 1993, p. 25). A autora relata em seu livro Política do Sexo, como questões relacionadas a gênero e sexualidade passaram a ocupar o centro do debate político após 1977 nos Estados Unidos. Nas suas palavras:

A oposição de direita à educação sexual, a homossexualidade, à pornografia, ao aborto e ao sexo antes do casamento passou das margens ao centro da cena política depois de 1977, quando estrategistas de direita e fundamentalista religiosa descobriram que esses assuntos tinham apelo popular. A reação às temáticas sexuais exerceu um papel fundamental no êxito obtido pela direita nas eleições de 1980 (RUBIN, 2017, p. 75).

Esta postura de colocar a sexualidade em uma área de ataque se institucionalizou no governo atual, ora para demonizar e reivindicar o apelo popular de viés conservador, ora para a perseguição as pessoas que não se enquadram na norma social. É neste contexto contraditório, que a luta pelos direitos LGBT é transposta para o campo e para a luta do MST. Neste espaço, ela é recriada a partir dos pressupostos teóricos, políticos e da experiência organizativa do MST na luta pela terra. Essa aproximação tem sido um espaço pedagógico para o Coletivo que agora aprende sobre as questões que precisam ser pensadas a partir do lugar de LGBT do campo, e também tem buscado somar-se a lutas que o Movimento LGBT tem feito como as paradas LGBT, possibilitando assim o surgimento de mais uma frente de luta, bem como o de mudanças no processo de mobilização social. Assim:

No dia 15 de maio de 2013, MST e movimento LGBT coincidiram suas agendas de mobilização em Brasília. Os dois grupos que pouco se conheciam realizaram pela primeira vez uma mobilização conjunta, uniram

as bandeiras vermelhas com as do arco íris e inauguraram uma imagem que hoje se prolifera pelos espaços do movimento camponês (MARIANO; PAZ, 2018, p. 297).



Figura 4: Manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento LGBT ⁹

Essa imagem da unidade de luta, de militância e aprendizados históricos se evidencia nas pautas do MST. O VI Congresso do MST, realizado em Brasília em 2014, foi marcado pela bandeira colorida. No mesmo ano, no estado do Ceará, aconteceu um debate com a base do MST sobre gênero e diversidade sexual, atividade esta que se propagou como demanda organizativa para os outros Estados. Em maio de 2015, no estado da Bahia, durante a realização de uma marcha, a juventude do MST construiu uma brigada de agitação e propaganda anti-homofobia, na qual “brincaram com os gêneros usando roupas e acessórios entendidos como do gênero oposto e percorreram os dois quilômetros de filas da marcha denunciando a homofobia e pedindo o fim do preconceito” (MARIANO; PAZ, 2018, p. 298).

⁹ Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/16117-sem-terra-e-movimento-gay-se-unem-em-marcha-em-brasilia>

Essas e outras ações contribuíram para a realização do primeiro seminário intitulado “O MST e a Diversidade Sexual”, em agosto de 2015, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo. Este encontro, que contou com a participação de 35 militantes, de 13 Estados, marcou o início formal da auto-organização das LGBT no MST e a afirmação da identidade LGBT Sem Terra, como integrantes da base social do Movimento (MARIANO; PAZ, 2018). O encontro ressignificou também para a militância do MST a sua importância no movimento, uma vez que se reconhece a diversidade que o compõe como organização. Mariano e Paz (2018, p. 299-300) apontam três elementos que se destacam neste processo: (1) o caráter articulado da luta pela liberdade sexual com o projeto político do MST e a luta socialista; (2) a auto-organização das pessoas da diversidade; (3) a luta pela liberdade sexual como um compromisso não só das LGBT, mas de toda a organização, a ser construída nos espaços e com as instâncias organizativas do MST.

O debate da temática de gênero e diversidade sexual nos espaços do MST não se coloca apenas em função da existência das LGBT, mas sim, pela violência física e psicológica que enfrentam cotidianamente numa sociedade com uma cultura patriarcal e heterocisnormativa – “o alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual” (LOURO, 2009, p. 90) –, o que também está fortemente presente no campo e permeia o movimento social.

No contexto do MST, assim como em outros movimentos sociais urbanos e do campo, o debate de gênero e diversidade sexual vem se tornando ainda mais relevante quando se situa como parte de um projeto político para a transformação social. Para o MST, não se trata apenas de debater questões de visibilidade e respeito, mas implica um processo mais amplo de transformação social, como aponta o caderno de formação nº 5 do setor de gênero do MST:

(...) essa luta não está apenas no campo da afirmação das identidades, pelo contrário, o debate da sexualidade está diretamente ligado à emancipação humana, às construções sociais que projetam a forma de viver e amar, de entender o amor ligado à condição do trabalho e de acesso ao mesmo, e a participação política na organização. (SETOR DE GÊNERO, 2017, p. 20).

Compreende-se, desta forma, que no processo da luta e fora dela também, há relações humanas afetivas e sexuais compostas de uma condição política de existência, pois passam por aceitações, opressões e libertação. Nesse sentido, para Gayle Rubin:

Assim como acontece com outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em determinado tempo e lugar são produtos da atividade humana. Elas são permeadas por conflitos de interesse e manobras políticas, tanto deliberadas quanto incidentais. Nesse sentido o sexo é sempre político (RUBIN, 2017, p. 64).

Problematizar as questões de gênero e diversidade sexual no MST possibilita a desconstrução de tabus revestidos de moralismo. Constata-se que esta temática, muitas vezes, não tem sido debatida e reconhecida como importante para as mudanças sociais pelos sujeitos do MST e organizações de esquerda. A diversidade sexual e de gênero, por ser um assunto ainda pouco trabalhado, aponta a necessidade de construir uma compreensão política pelos movimentos sociais de que as pessoas, com suas identidades de gênero e distintas orientações sexuais, também se fazem presentes na luta. Contudo, por não haver um conhecimento, reproduzem-se práticas preconceituosas, com a justificativa de que se baseiam em questões culturais do campo.

Após uma trajetória de militância, as pessoas do MST, foram ao longo da luta se reconhecendo como LGBT, tomam consciência da necessidade de unificar o debate da diversidade sexual ao debate de gênero, dentro do projeto de Reforma Agrária Popular, processo esse que apontou não somente limites, mas o amadurecimento político desse movimento social. Outra circunstância forjada na constituição desse debate foi que outros movimentos sociais começaram a debater o tema nos seus territórios e com as LGBT, apontando também a demanda para a Via Campesina, organização que reúne movimentos sociais do campo do mundo todo. No VII Congresso Internacional da Via Campesina, em Derio, no País Basco (Espanha), em julho de 2017, as LGBT também se organizaram, a exemplo das mulheres e da juventude, para trazerem as suas demandas para os movimentos sociais. Nesse sentido:

A participação de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis no MST não é tão recente quanto a sua auto-organização. Na história do movimento podem ser encontradas(os) militantes e dirigentes LGBTs que tiveram e têm suas trajetórias entrecortadas por uma série de preconceitos e discriminações. (MARIANO; PAZ, 2018, p. 294).

O debate de gênero e diversidade sexual se reafirma pela necessidade do reconhecimento das LGBT que estão na militância e do combate à LGBTfobia, tendo em vista a violência por questões de orientação sexual ou identidade de gênero, presente na sociedade e, em específico, no campo. A LGBTfobia constitui uma expressão discriminatória intensa e cotidiana, que “envolve distinção, exclusão ou restrição prejudicial ao reconhecimento, ao gozo ou ao exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais” (RIOS, 2009, p.71), daquelas e daqueles que não se amoldem ao parâmetro heterocissexista.

É preciso combater racionalmente a LGBTfobia que caracteriza a violência sofrida por LGBT. Essas práticas refletem um determinado nível de compreensão e ou ignorância em reconhecer o outro pela simples diferença afetiva e sexual. Para muitas pessoas que manifestam a LGBTfobia, a não aceitação de sua orientação sexual e sua identidade de gênero tem provocado tal reação. O termo é usado para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos LGBTs e a todos os aspectos do preconceito heterocissexistas e da discriminação anti-homossexual.

O termo neologista, segundo Hawany 2013, foi criado pelo psicólogo George Weinberg, em 1971, na obra impressa “Society and the Healthy Homosexual”¹⁰, combinando a palavra grega *phobos* (“fobia”), que significa medo em geral, com o prefixo *homo*, como remissão à palavra “homossexual”. Fobia seria assim um medo irracional (instintivo) de algo. Porém, “fobia” neste termo é empregado, não só como medo geral (irracional ou não), mas também como aversão ou repulsa em geral, qualquer que seja o motivo”. Porém, o movimento LGBT e pesquisadoras e pesquisadores da área como Rogerio Junqueira, têm produzido novos entendimentos e termos para representar as singularidades das experiências que os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero produzem. São utilizados termos como lesbofobia, bifobia e transfobia, juntamente com homofobia. Para representar o conjunto dessas violações de direitos utiliza-se LGBTfobia.

Na relação da LGBTfobia se encontram as mesmas motivações que fundamentam o racismo, o sexismo e qualquer outro preconceito. A não aceitação do direito a diferença tem como fundamento o conservadorismo que estabelece

¹⁰ A Sociedade e o Homossexual saudável.

normas como métodos de estabelecer o controle. Em outras situações podemos considerar que a LGBTfobia é efetivamente uma forma de xenofobia (rejeição) na sua definição mais estrita: medo a tudo o que seja considerado estranho. Esta generalização não se fundamenta porque o medo irracional pelo diferente não é, obviamente a única causa para o preconceito à diversidade sexual e de gênero, já que estes preconceitos provém de ensinamentos (religião, formas de governo, etc.) ou ideologias (como a submissão do ser feminino considerado frágil e dócil, porém impuro), por exemplo.

Sob um ponto de vista penal, a LGBTfobia pode constituir um crime contra a honra: difamação e injúrias verbais, e as formas equiparadas feitas por escrito, gestos, imagens ou qualquer outro meio de expressão. O insulto LGBTfóbico pode ir da difamação, injúrias verbais ou gestos e mímicas obscenas mais óbvias até formas mais sutis e disfarçadas, como a falta de cordialidade e a antipatia no convívio social, a insinuação, a ironia ou o sarcasmo, casos em que a vítima tem dificuldade em provar objetivamente que a sua honra foi violentada.

É no cotidiano que se apresentam ações de reprodução de discriminação e preconceito contra LGBTs, pelo entendimento da lesbianidade, homossexualidade, bissexualidade, travestilidade e transexualidade como doença, distúrbio psicológico, anormalidade. Estas posturas, geralmente, se iniciam na família, que ao se deparar com tal situação, discrimina e rejeita, expulsando as pessoas de casa. Contudo, há também inúmeras experiências de aceitação, nas quais a partir do diálogo se constroem relações sociais de convivência e respeito.

Por “desestabilizarem” as estruturas sociais, as pessoas da diversidade sexual e de gênero são entendidos por setores conservadores como ameaças à estrutura de gênero, moralmente aceita e instituída. Por isso, ocorrem situações de ostracismo social não somente no núcleo familiar, mas na sociedade como um todo. Estar excluído/a é ter rompido um vínculo social, uma norma, isso porque se “exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’” (BUTLER, 2016, p. 44). A exclusão social é uma forma variada de produção de perdas de direitos básicos, que está associada à falta de acesso a bens e serviços em diferentes áreas, bem como à falta de acesso ou não

existência de políticas públicas, referentes à geração de emprego e renda, à educação, saúde, cultura, assistência social, etc.

As pessoas da diversidade sexual da classe trabalhadora organizados em movimentos sociais lutam pela visibilidade e empoderamento, não enquanto grupo, separado da questão de classe, mas por meio dos e nos movimentos sociais, para que assim possam conquistar respeito enquanto seres políticos, pois também estão ativos na construção da história, material, cultural e de nossa sociedade. A este respeito, Mariano e Paz (2018, p. 295) afirmam que os “espaços coletivos do Movimento são apontados como lugares de aceitação e apoio para assumir a sexualidade”. Os autores mostram que muitos militantes encontraram no MST, antes da família, o espaço para se afirmarem enquanto LGBT. Afirmam ainda que “a construção do debate sobre a diversidade sexual e de gênero é, também, um resultado do processo de formação da consciência no MST” (2018, p. 295). O próprio MST passa por transformações tendo em vista os sujeitos que o compõem, o que leva inclusive ao repensar do conceito de família.

Ao falar de novas relações de gênero e diversidade sexual no MST se busca abranger todas as relações humanas das pessoas da diversidade sexual que envolvem seres humanos nos mais diferentes campos como trabalho, política, cultura e sexualidade. Desta forma, neste estudo o campo é tomado como espaço político em construção de novas relações, como afirma Milton Santos. “O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas” (SANTOS 1979, p. 18). Assim o campo se constitui como espaço de possibilidades de ressignificar os mapas das desigualdades sociais sejam elas de acesso à terra, ou das relações sociais.

Na trajetória de luta pela terra os excluídos se organizaram e pelos seus sonhos fizeram marchas, fizeram mutirão, compuseram músicas, poemas, escreveram livros, plantaram sementes livres e, no anoitecer, se desejaram com amor, sexo e afeto uns aos outros, não importando a matéria do corpo. Só o prazer importa. O gosto do fruto da vida liberta nos gritos entoados ao apropriarem-se de uma tarefa histórica de viver livres, desejar e amar livres, pois não conseguiam sonhar mais sendo servos e servas.

Um grande objetivo vem sendo almejado quando discutimos gênero, diversidade sexual no MST. Cada militante que reflete e sistematiza soma forças ao debate de superação da heterocisnormatividade, como modelo predominante que pressupõe que todos e todas devemos viver nossas identidades de gênero de acordo com nosso sexo biológico e que o nosso desejo sempre precisa ser direcionado ao sexo oposto, como afirmam Meyer e Petry (2011):

(...) a hetero[cis]normatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas. Numa perspectiva biologista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. (MEYER; PETRY, 2011, p. 195).

A superação deste modelo requer a defesa da diversidade como princípio democrático e como categoria de análise e de ação. Como nos lembra Lenin em seu livro “Que Fazer?”, de que uma prática revolucionária só é capaz de existir diante de uma teoria revolucionária.

No contexto da sociedade que exige um padrão de “normalidade”, onde se privilegia quem é homem, branco, heterossexual, cis, rico, cristão e com um padrão estético de beleza exigido pelas passarelas da moda vigente: alto, magro, “boa aparência” (que atualmente significa ser branco, magro e com cabelos lisos), a educação pode ser um instrumento ativo no combate a todo tipo de discriminação, principalmente a racial e sexual. Não podemos continuar aceitando que 60% dos professores e das professoras não saibam como abordar a questão em sala de aula como consta em uma pesquisa da UNESCO sobre *juventudes e sexualidade* publicada em 2000, onde também são apresentados outros dados interessantes como o que 27% dos e das estudantes das escolas brasileiras não gostariam de ter colegas de classe LGBTs. Será que não estamos sendo coniventes com esta hipocrisia que classifica as pessoas pela cor, pelas propriedades que possui, e pela sua orientação sexual e identidade de gênero, quando fingimos que está tudo bem diante de situações discriminatórias que reforçam os preconceitos, as discriminações e reproduzem as violências físicas, psicológicas, excluindo do acesso a meios de existir, como trabalho, saúde, educação e moradia.

O direito de decidir sobre a nossa vida, nossos corpos, nossos amores, nossos prazeres, nossa felicidade, nossa opção política não interessa para quem

quer manter os padrões desta sociedade LGBTfóbica e sexista que exclui, humilha e marginaliza. Segundo os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) a LGBTfobia é responsável direta pelo assassinato de 2.403 seres humanos, homoafetivos nos últimos 20 anos (MÁTRIA, 2008).¹¹

Compreende-se que cotidianamente é preciso buscar garantir ações efetivas do Estado a fim de se exigir respeito em relação às diversas especificidades. A constituição da esfera da política foi historicamente realizada como um domínio dos homens heterocissexuais machistas e, por isto, é necessário construir um movimento político articulado às diversas minorias políticas que confronte a relação entre liberdade pública e dominação privada, que pense a democracia não só como um sistema político, o qual se exerce apenas no momento de votação, mas como uma forma própria de organização da vida em sociedade.

Para a construção do sujeito político, conhecer e agir, são dimensões inseparáveis. A produção do conhecimento é também uma esfera da dominação masculina. Dominação simbólica, diretamente voltada para reprodução da dominação e da exploração material, patriarcal e capitalista. Enfim, sofremos opressões múltiplas: de classe, gênero, raça, deficiências físicas e orientação sexual.

É preciso viver os conflitos internos dialeticamente, enfrentando democraticamente nossas concepções e métodos. Também é preciso buscar alternativas para lutar articuladamente pelas questões que nos aproximam, convivendo com as diferenças do que não nos é comum. Temos o direito de sermos sujeitos políticos. Temos que fazer do combate à discriminação uma luta cotidiana contra a LGBTfobia que muitas vezes internalizamos em nossa própria consciência. Tendo como desafio a busca de construção de relações solidárias, não aceitando a ideia de que os fins justificam os meios. Exercitar a capacidade de enfrentarmos as diferenças e conflitos deve ser uma prática cotidiana, de forma respeitosa, sem medo de sermos seres da diversidade que gostam e amam seres da diversidade sem medo de sermos produtores de seus corpos negando o gênero atribuído no nascimento. Amar aqui no sentido mais convicto e pleno da palavra.

¹¹ Esta revista, é uma publicação anual da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), tem dupla função: informativa e educativa de modo a permitir que os dados factuais possam ser analisados no caminho do pensamento feminista moderno, e oferece sugestões de atividades a serem desenvolvidas na comunidade, na escola, no sindicato etc.

2. GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E LUTA DE CLASSES



Figura 5: LGBT Sem Terra Região Sul¹²

A proposição deste capítulo e do trabalho como um todo é construir problematizações sobre os elementos que nos desafiam a pensar de forma articulada, gênero, diversidade sexual e luta de classes no contexto do campo. Temas que tem sua relevância histórica e que, quando considerados como método de análise das relações sociais, possibilitam compreender o nosso tempo e a necessidade de reinventar formas de combate às opressões.

Gênero como categoria de análise social é também sinônimo da luta histórica das mulheres feministas em desconstruir e combater o patriarcado. Diversidade sexual com suas identidades é um debate que desestabiliza não só conservadores/as, mas também quem se aproxima do debate na busca de conhecê-lo e fortalecê-lo. Desestabiliza, por possibilitar a compreensão da condição humana e a relação com o corpo fora de normas impostas pelos padrões históricos de dominação. Será trazida aqui uma reflexão sobre os seres humanos da diversidade

¹² Fonte: Catiana de Medeiros (2017).

que compõem, em parte, o território político e geográfico conquistado pelo MST. Neste contexto, a luta de classes nos provoca a pensarmos como estas categorias vem fortalecer a luta contra a dominação e exploração, uma vez que precisamos pensar no nosso tempo a luta contra o capitalismo e suas formas de dominação.

2.1 A DIVERSIDADE COMO PRINCÍPIO FORMATIVO PARA O MST



Figura 6: A Diversidade do Campo¹³

Pensar o debate de gênero e diversidade sexual no MST, como princípio e processo educativo, está em compreender o sentido desses conceitos polissêmicos já que existem diversos sentidos para a diversidade, que neste texto está se propondo a somar-se ao debate de gênero e sexualidade.

É possível entender a diversidade como um conjunto de características da condição humana, pois os seres humanos são organicamente compostos de uma infinidade de histórias de vidas, de culturas, nas formas de agir sobre o mundo, mas também por deterem personalidade que compõe uma diversidade de identidades

¹³ Fonte: Dowglas Silva (2017)

singulares, e estas passam por várias possibilidades de se construírem no e com o mundo, seja pelas suas convicções políticas e como agem com elas, seja pelas suas afetividades e sexualidades e como, também, se relacionam com elas e com os outros seres humanos.

Bhabha nos ajuda a situar melhor este debate sobre diversidade quando aborda a diferença e diversidade cultural enquanto problema epistemológico ao problematizar que:

A Diversidade cultural é um objeto epistemológico empírico - enquanto a diferença cultural é o processo da *enunciação* da cultura como "*conhecível*", legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade. A diversidade cultural é também a de uma retórica radical de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única. A diversidade cultural pode inclusive emergir como um sistema de articulação e intercâmbio de signos culturais em certos relatos antropológicos do início do estruturalismo. (BHABHA, 1998, p. 63).

Sendo um discurso textual ou simbólico da cultura, a diversidade é entendida na sua heterogeneidade e homogeneidade por reconhecer os sujeitos nas suas diferenças, não deixando de considerar afinidades dos grupos, em viver democraticamente o exercício de poder de autodeterminação vivenciando aspirações democráticas, utópicas de forma coletiva sobre as realidades, estabelecendo lutas pelo direito de reconhecimento dos direitos humanos. Essa valorização da diversidade na sua polissemia de significados está em reconhecer os valores dos outros respeitando como parte fundamental da afirmação a diversidade como princípio e processo formativo a qualquer ser humano. A diversidade na condição de princípio está relacionada ao processo que a mesma faz de enfrentamento aos discursos e práticas de intolerância homogeneizados, fazendo dos territórios materiais e imateriais espaços de discussão e formação para compreender as diferenças com respeito.

A história do Brasil tem sido feita com participação de uma diversidade cultural muito grande que, em síntese, define o povo brasileiro nos diferentes brasis

como nos faz lembrar Darcy Ribeiro. Estas diferenças sempre tiveram como limitador o Estado que muitas vezes proibia, impedia e eliminava estes sujeitos com suas inúmeras identidades a exemplo de indígenas, escravizados e camponesas/es, e na maioria das vezes, ainda hoje, a escola pauta seus conteúdos “por uma visão etnocêntrica, masculina e burguesa” (SANTA, 2014, p. 56).

A aparente neutralidade presente nos discursos de instituições estatais e não estatais ainda hoje cumpre um papel de invisibilizar os sujeitos da diversidade, seja cultural, sexual, de gênero ou política. Seus conteúdos se voltam para a perspectiva estratégica de homogeneizar as diferenças, porém há inúmeros segmentos sociais que pautam ao Estado brasileiro uma série de demandas, que deveriam ser efetivadas por meio de políticas públicas, seja na área da educação, saúde, cultura, acesso a moradia e acesso à terra. Estes segmentos resistem ao poder de fala dos controladores do Estado, afirmando suas vozes coletivas de reivindicação e respeito.

Na luta por reconhecimento das diversidades como parte essencial do regime político que é a democracia, a supremacia de uma elite conservadora assume de maneira surpreendente a postura de fazer através do Estado uma sociedade de alguns corpos úteis ao sistema de trabalho e geração de riqueza, desmerecendo como não válidos os processos históricos que não convergem com suas convicções ideológicas, disseminados pelos discursos dominantes, pelas ações de preconceitos e discriminações. Segundo Rios, na “perspectiva marxista tradicional, preconceito e discriminação seriam produtos e manifestações das reais condições que mantêm, refletem, criam e recriam a alienação humana; na base de tais condições, a dinâmica própria da sociedade capitalista.” (RIOS, 2009, p 57)

Mas se perguntássemos quais são os sujeitos da diversidade? Poderíamos talvez compreender como sendo todas nós, o que seria bem confortável quando desconsideramos as mais diferentes formas de discriminação, práticas estas que são parte de uma norma reguladora de tudo o que escapa do dito comportamento social estabelecido por um conjunto de hábitos dominantes, referendados por falas, atitudes e informações midiáticas.

No debate sobre diferenças e diversidade é importante trazermos quais são estas diversidades e como queremos fortalecê-las na luta por uma cultura de direitos, que não reconheça as diferenças somente no papel, mas que possibilite a

existência dos grupos mais vulneráveis frente aos discursos conservadores. Os seres da diversidade sexual e de gênero ocupam espaço mais fortemente a partir da década de 1970 a 1980, quando os estudos feministas assumem a categoria gênero para analisar as relações de opressão sobre a mulher. Para Furlani, os estudos feministas possibilitaram um arcabouço teórico que construiu:

a crítica aos modelos de dominação e subordinação da mulher; demonstrou as desigualdades sociais entre homens e mulheres no acesso ao direito à educação, ao voto, patrimônio familiar, a justiça, ao trabalho, a bens materiais etc.; questionou as representações acerca do 'ser mulher' e do 'ser feminino'; estudou o patriarcado, o machismo e mostrou o caráter de construção social e cultural dessas representações numa sociedade que é machista, misógina e sexista. (FURLANI, 2011, p 58,59; grifos da autora)

A contribuição dos estudos feministas possibilitou mostrar que as desigualdades de gênero têm uma historicidade, por estarem marcadas por contradições nas relações de poder que constroem e afirmam o espaço social da mulher e do homem, que não pode ser dado pela sua condição biológica. O feminismo sempre questionou para que haja uma mudança sociocultural já que “a diferença biológica remetia à diferença sexual e esta, por sua vez ‘justificava’ a desigualdade social.” (LOURO, 1997, p 20-21; grifo da autora).

O debate sobre as relações de gênero e sexualidade reconhece as identidades como categorias importantes para a vida dos sujeitos e as mais diversas formas de viver sua condição de gênero precisam ser percebidas nas suas diferentes formas. Gênero não é sexo e o mesmo não aceita o determinismo concedendo ênfase a cultura nas diferenças entre os corpos biologicamente falando, afirmando que é o gênero “a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p.22)

O que precisa ficar bem compreendido é que a condição biológica difere da condição de gênero, pois as condições históricas e culturais produzem e reproduzem, em diferentes sociedades, elementos normativos impostos pela educação, religião, trabalho e outras instituições, os papéis sociais, sexuais e de gênero. Existem inúmeros e diferentes modos de se construir como ser humano com seu gênero, sendo que é um direito individual diante da sua identidade e que pertence aos sujeitos e não as determinações sociais impostas assumir ou não sua orientação sexual, pois

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, 27).

Nosso entendimento é de que gênero não é sexo e macho e fêmea são apenas características anatômicas. Isso nos projeta para conhecer na compreensão da diversidade outros corpos, construídos com elementos sociais, históricos, culturais e políticos que lutam por condições materiais e simbólicas na configuração de identidades.

A diversidade no processo educativo deve reconhecer nos seres humanos LGBT suas identidades de gênero e suas orientações sexuais, na medida em que estes estão sofrendo com práticas lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas de exclusão e marginalização social. Cabe as instituições públicas promover o respeito a identidade de gênero das pessoas, com políticas afirmativas de uma cultura de respeito amplo a existência da diversidade humana. reconhecimento e respeito à diversidade sexual e de gênero é tão importante quanto respeitar a diversidade de crenças. Discutir esse tema nos processos formativos, seja na escola ou nos movimentos sociais, requer acesso ao conhecimento e a reflexão sobre a temática.

A prevenção a práticas de exclusão e marginalização social só terá efetividade se pautada pelos seres humanos que enfrentam diariamente cerceamentos de sua liberdade com discriminação por não se enquadrarem na dita normalidade social. Como afirma Heller: Todo “preconceito impede a autonomia [do ser humano], ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo” (HELLER,1992, p. 59)

O preconceito como impedimento dessa autonomia humana promove dois processos de exclusão, um de quem promove a situação de violência por estar carregado de ideias preconcebidas sobre uma determinada situação e que a ele foram agregadas ao longo do tempo, revelando uma profunda lacuna de entendimento sobre respeito a diferença, o que não a/o desresponsabiliza de sua

escolha. O outro é quem sofre a discriminação que, na maioria das vezes, é feita por uma prática de violência física, psicológica ou de violação do direito à vida diante de ausência de visibilidade existencial por parte do Estado, por não ser aceito em uma sociedade que considera sua existência como anomia social que deve ser corrigida.

Veja que não se trata somente de identificar e ou punir os praticantes de LGBTfobia, vai mais além. É preciso entender que a chamada imposição da norma por um modelo de sociedade requer uma série de práticas de custo humano, pois a “norma precisa ser reiterada constantemente. Não há nenhuma garantia de que a heterossexualidade aconteça naturalmente (se isso fosse seguro, não seriam feitos tantos esforços para reafirmar esta forma de sexualidade)” (LOURO, 2009, p.90).

Nos diferentes espaços sociais, nos últimos anos, o debate sobre a diversidade e suas nuances históricas tem assumido um papel fundamental de reconhecimento dos sujeitos com suas identidades de gênero e sexualidades. Múltiplas expressões se afirmam diante de uma necessidade do reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos desses sujeitos que historicamente e cotidianamente sofrem exclusão, mas, agora mais do que nunca, combatem de forma convicta a imposição da heterocisnormatividade.

O reconhecimento e acolhida das diversidades de gênero e sexual são tidas em uma primeira abordagem como uma indiscutível relação de acesso ao direito a plena cidadania. Afirmar a diversidade como princípio educativo e formativo, é fazer destes processos um meio de reformular as práticas educativas, nos movimentos sociais, contribuindo para que seus espaços sejam formativos de uma nova consciência de compreensão das diversidades. A educação para a diversidade requer como traz Junqueira:

educar na (que precisa ser também *para e pela*) diversidade” requer que esse processo seja construído coletivamente, envolvendo, na escola e na condição de sujeitos, toda a diversidade humana que compõe dinâmica e contraditoriamente a sociedade. Não se trata, portanto, de propor a criação de nichos onde o assim dito “outro” (o “diferente”) possa exercer uma “cidadania mutilada” à margem dos demais e, dessa forma, em um relativamente baixo nível de tensão, ser meramente “tolerado”, numa espécie de manifestação consentida porque contida, domesticada, periférica, segregada, subserviente ou previsível. Nem muito menos de acatar propostas que, em nome da defesa do direito à diferença, culminem na “rígida ocupação de identidades excludentes” (JUNQUEIRA, 2009,174; grifos do autor).

A diversidade, pensada como processo e princípio formativo, está para além dos limites do movimento LGBT. Ter o debate da diversidade sexual nos movimentos sociais do campo, como o MST, é importante enquanto espaço formativo. Significa inseri-lo no debate da luta de classes, das contradições da sociedade e da cultura.

2.2 O DEBATE DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COMO RESISTÊNCIA E LUTA POLÍTICA A IMPOSIÇÕES NORMATIVAS



Figura 7: Casal de mulheres assentadas em Santa Catarina¹⁴

Quando se aproxima o debate de gênero e diversidade sexual com o debate de luta de classes nas sociedades capitalistas busca-se compreender o campo social em que essas pessoas estão inseridas. Isso é perfeitamente coerente com a postura que alguns movimentos sociais têm em analisar e combater o sistema econômico capitalista, mas não deixar de compreender respeitar e agregar à sua

¹⁴ Fonte: Rafael Stedile (2018).

agenda de lutas pautas invisibilizadas, para que não só a sociedade se emancipe, mas também para que os sujeitos com suas singularidades se libertem.

Os sujeitos que foram tirados do grupo dos que importam criaram suas formas de organização e superação das desigualdades, resistindo às opressões e expropriações subjetivas e coletivas, o que torna necessária a compreensão da diversidade como categoria de análise das relações humanas. Porém, é preciso situá-la politicamente, assumir o debate da diversidade sexual e de gênero como resistência e luta política frente a um sistema que sustenta nos corpos humanos a reprodução de padrões heterocisnormativos, onde se supõe que todas as pessoas sejam ou devam ser heterocissexuais – “daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e semelhança desses sujeitos” (LOURO 2009, p. 90). Como parte das diferenças e particularidades subjetivas de cada ser humano, a diversidade sexual e de gênero não se sujeita a ser padronizada por imposição de uma norma, pois como afirma Junqueira:

O respeito, o reconhecimento de singularidades de indivíduos e grupos e a valorização da pluralidade cultural não só podem humanizar a construção do conhecimento, como também podem se revelar fatores indispensáveis para se desenvolverem a criatividade e o pensamento crítico e consciente. (JUNQUEIRA, 2009, p. 404)

O importante nesse processo de debate é compreender também que as desigualdades sociais, as relações de poder e de prestígio social definem a estratificação social que os sujeitos da diversidade sexual e de gênero ocupam na sociedade. Na sociedade de modo geral, e fortemente no sistema capitalista, não se reconhecem os seres se não pelos seus estereótipos de gênero. Caso não se encaixem na caixa do binarismo não são aceitos em trabalhos principalmente os que terão relação direta com as pessoas.

No atual modo de produção capitalista, que tem por base as contradições de exclusão e pobreza, os sujeitos da diversidade sexual somam-se à massa de excluídos. As LGBTs, levam junto suas reivindicações de acesso a direitos civis. Argumenta-se que é um equívoco focar somente na condição identitária. Neste sentido, os sujeitos da diversidade sexual devem compor os movimentos sociais somando-se a eles no debate de um projeto que reconheça e promova mudanças coletivas de respeito e reconhecimento das diversidades.

Compreendo que a luta LGBT não pode ficar somente no campo dos direitos e reconhecimento, precisa articular-se também a uma mudança econômica. Contudo, somente a mudança econômica não responde aos anseios de garantia da sobrevivência, a exemplo de Cuba, onde o modelo de desigualdade econômica começou a ser superado enquanto se emparedava os LGBT. Situação que não difere do Brasil atual com desigualdades e com paredão diário dos sujeitos da diversidade.

Reconhecer politicamente as diversidades é lutar contra o extermínio das diferenças socioculturais, de gênero e sexualidade. A Diversidade é condição humana e, se reconhecida, não seria motivo de desumanização da vida social diante de uma democracia que não representa e nem garante as condições para a participação cidadã. Nesse contexto, a organização em movimentos sociais cumpre um papel fundamental para se emancipar politicamente de forma individual e coletiva.

Essa percepção do social que protagoniza uma nova prática social desenvolve novos processos sociais onde não basta pertencer ao seu grupo identitário, é preciso pertencer ao conjunto de grupos identitários, reafirmar lutas objetivas, mas ir além com lutas de mudanças estruturais que levem as mudanças supra-estruturais. Só resolver o problema do casamento civil e ou do direito previdenciário, ou combater o racismo ou o machismo não basta. Entende-se que é preciso combater um sistema maior que impede, controla, reforça e reitera processos de não aceitação e condenação das diversidades.

Francois Houtart em seu texto “Os Movimentos Sociais e a Construção de um Novo Sujeito Histórico”, aponta como perspectiva que: “O novo sujeito histórico a ser construído será popular, plural, isto é, constituído por uma multiplicidade de atores e não pela multidão (...)” (HOUTART, 2007, p 423). Esse novo sujeito histórico do qual fala Houtart é o movimento social, sujeitos históricos coletivos, compostos por uma diversidade de sujeitos que fortalecem esse sujeito coletivo quando na sua organicidade debatem o projeto pontuando suas pautas, não somente em caráter reivindicatório, mas formativo, fortalecendo assim não somente o discurso, mas as práticas da militância. Dizer que não tem preconceito é diferente de ter que marchar tendo a sua frente uma pessoa trans, um ser humano que não aceitou padrões de

gênero e sexualidade impostos, pois é muito belo para este sistema que não o aceita e se empoderou de identidades e assumiu quem está atrás na fila como companheira/o. Isso importa! O sujeito coletivo faz com que aprendamos a nos importar com os outros. Na militância no MST, por exemplo, tomamos consciência de que não estamos sozinhos na luta e tampouco esta luta só a mim pertence.

Tal vivência precisaria ser trabalhada já no início da vida em sociedade. Não se trata de resgatar valores ou mesmo preservá-los. É preciso ressignificar valores para a vida em sociedade, aprendendo com os processos históricos. Indignar-se é se importar com os outros corpos e vidas. Na luta dos sujeitos coletivos se desenvolve uma responsabilidade coletiva com cada sujeito singular, se o sujeito coletivo cativa, como nos lembra Antoine de Saint Exupéry, temos que ser responsáveis pelo que cativamos seja pelo sujeito coletivo, seja do coletivo para com seus sujeitos.

Pensar a diversidade sexual e de gênero, alonga nosso desafio, pois não é um debate que se faz a sombras em tardes de domingo. É uma convicção política de existência, é um enfrentamento cotidiano com padrões normativos que não nos permite interagir com nossa possibilidade de ser humano, assim como nos faz nos sentirmos úteis, produzindo docilmente, nos limita as dimensões da vida, controlando sonhos, desejos e perspectivas.

Voltamos novamente a Houtart quando o mesmo diz que:

Este sujeito será democrático, não somente por sua meta, mas também pelo próprio processo de sua construção. Ele será multipolar, nos diferentes continentes e nas diversas regiões do mundo. Tratar-se-á se um sujeito no sentido pleno da palavra incluindo a subjetividade redescoberta, abrangendo todos os seres humanos, (...)" O novo sujeito histórico deve ser capaz de atuar sobre a realidade, que por sua vez, é múltipla e global, com o sentido de emergência exigido pelo genocídio e pelo ecocídio contemporâneos (HOUTART, 2007, p. 424)

O desafio dos movimentos sociais é ir além das causas objetivas que os constituíram. Não significa abandonar a origem. Debater o problema da terra não basta, assim como para o movimento LGBT não basta pautar somente o combate a LGBTfobia. É preciso somar pautas articuladas a projetos de sociedade. Isso provoca o sair de uma zona de conforto e assumir uma postura de classe, de combate às desigualdades econômicas e sociais.

Entendemos isso quando analisamos que no capitalismo há relações de seres humanos, dotadas de mazelas que o sistema econômico prega. E essas são transportadas para o campo das relações humanas, nas quais não se desenham mais projetos a longo prazo. Isso implica nas relações afetivo-sexuais, nas relações com o planeta, na sociedade de consumo, onde consumir virou o ápice de prazer de nosso tempo. Junto a isso soma-se uma falsa moral de discursos machistas e misóginos em defesa da família tradicional e dos valores. Problematizar esta relação é importante para articular o debate da diversidade sexual e de gênero ao debate da luta de classes, sem hierarquizar os mesmos, como afirma Pochaŷ:

A interseccionalidade transpõe a soma das dominações ou arranjos de identidades e diferenças, possibilitando-nos avançar em perspectiva e prática de problematização rizomática de “uma teoria transdisciplinar visando apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais, através de uma abordagem integrada” (POCAHY, 2011, p19).

Construir esta abordagem interseccional possibilita uma análise ampliada de como as opressões ocorrem, sejam elas desigualdades sociais ou discriminações, tendo como um denominador comum o sujeito de uma determinada classe social, e que o combate às opressões tem sido também motivo para a marginalização, principalmente, num contexto de fortalecimento do pensamento conservador.

Quando as LGBTs Sem Terra no relato de suas vivências nos fazem perceber que as múltiplas violências sofridas dizem respeito a questões de gênero, corpo, raça, orientação sexual, e também o meio social em que estão inseridos, desta maneira as violências são interseccionadas.

Entretanto, penso que não é uma abordagem simples de se fazer e que, nem de longe, é uma perspectiva salvacionista. Mas pode ser uma possibilidade de se articular as diferentes questões frente à problemática dos privilégios. No entanto, entendo que, assim como queer, interseccionalidade não é uma identidade que pode ser acionada, como se pudéssemos dizer: “sou interseccional”. Mas sim uma categoria de análise teórica, uma forma de questionar o mundo e as normas regulatórias. (SANTOS, 2017. p. 56).

Não se pode acreditar que ao reproduzirmos nossa produção da existência estejamos livres do contexto capitalista e patriarcal. As relações de poder, de educação, de gênero e de sexualidade estão permeadas por características dessa estrutura social. A diversidade se fundamenta na distinção que se faz dos seres humanos. Nos reconhecemos diante do outro. A diversidade possibilita vida

possível a todas as pessoas, talvez por isso para uma sociedade de classes sociais a diversidade sexual e de gênero seja um problema, primeiro por que esta sociedade não aceita quem não está nos padrões estabelecidos, segundo, no sistema capitalista só há espaço para todos se uma margem desse todo ficar no espaço de exclusão, de opressão e, conseqüentemente, de desigualdade social e econômica.

Os movimentos sociais que assumem a bandeira e a pauta da diversidade reafirmam que há interesses opostos ao atual sistema e que só resolver o problema da LGBTfobia ou da discriminação não basta quando as vítimas também são excluídas do acesso à terra, à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho. É preciso combater todas as formas de exclusão da existência digna das mais diversas vidas.

2.3 COMBATER AS CERCAS DO LATIFÚNDIO, LIBERTAR-SE DAS OPRESSÕES PATRIARCAIS



Figura 8: Corpo Político¹⁵

Busco problematizar nesta parte do texto a ideia de que é preciso combater as cercas do latifúndio¹⁶, estrutura que tem sido sinônimo de poder historicamente e

¹⁵ Fonte: Coletivo LGBT Sem Terra (2017).

não somente sobre a concentração da propriedade da terra, mas, principalmente, quando se compreende que este mesmo símbolo de poder tem instituindo domínio sobre as relações humanas.

É importante entender que assim como é preciso romper as cercas, compreendidas aqui para além do arame, é necessário também combater o latifúndio para além da propriedade da terra concentrada e improdutiva. Pensar em combater o latifúndio é construir um entendimento de que não se muda uma sociedade somente atingindo o seu fundamento, neste caso a propriedade concentrada da terra. Se muda uma sociedade combatendo a propriedade, mas também mudando a forma de se relacionar com a terra e com outros seres humanos.

Ao entendermos que é primordial combater as cercas do latifúndio material e cultural dos processos de opressão, reafirmamos que o MST, “desde sua criação em 1984 construiu sua unidade em torno de três objetivos: a luta pela terra, pela reforma agrária e por transformações sociais mais amplas, simbolizadas na construção do socialismo” (MARIANO; PAZ, 2018, p. 290).

Entendemos que não se trata de distribuição da terra quando se tem a transformação social como chegada e, ai retomando a provocação inicial de articular as análises de gênero, diversidade sexual e luta de classes, neste contexto político, se propõe que gênero precisa ser discutido e trazido também como instrumento de análise no processo de luta pela terra que é uma das formas de luta de classe no combate a concentração expressa no latifúndio. Quando digo que gênero precisa ser trazido também como instrumento de análise estou me reportando a Saffioti quando diz que:

(...) este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresenta uma utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho de semiótica (Lauretis,1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott,1988) (SAFFIOTI, 2015, p 47).

¹⁶ Latifúndio é uma palavra de origem latina que designa um grande domínio agrícola explorado extensivamente, sem aprimoramento técnico ou racionalidade. Ao longo da história, este tipo de propriedade existiu em diversas partes do mundo. Como exemplo, podemos observar as *vilas romanas*, imensas propriedades de produção de alimentos da Roma imperial, cultivadas com trabalho escravo; e as *plantations* e *haciendas*, formas de latifúndio na America colonial. (SILVA, 2009, p. 255).

O entendimento do gênero como categoria histórica nos possibilita problematizar as relações de gênero e a concentração da terra no Brasil. Com a invasão europeia implementa-se o modelo patriarcal de sociedade a partir da dominação masculina, a concentração de terra, a exploração do trabalho compulsório e a industrialização para a exportação. O modelo aplicado aqui não foi nem feudal, nem escravocrata, muito menos industrial, foi a junção dos três processos na *plantation*, que pode ser caracterizada como a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, por meio da monocultura (cana de açúcar, cacau, o algodão, gado) destinada à exportação, com a utilização de mão-de-obra escravizada (STEDILE, 2005).

Este processo de concentração de terra vem regado de exploração e opressão organizado no latifúndio que é uma marca romana do poder e propriedade da terra como também uma forma de organização da família associada ao trabalho na e com a terra. O termo latifúndio “vem do latim “*latifúndio*” e era utilizado na Roma Antiga para caracterizar o domínio de uma grande área de terra por um único proprietário” (STEDILE, 2000, p. 05). Esse único proprietário, era invariavelmente homem e chefe de família. Outro termo também do latim, a “palavra “família”, derivada da ideia de fâmulos, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi* (HOLANDA, 2002, p. 81).

O modelo patriarcal juntou o domínio e exploração da propriedade da terra e, ao longo da história, tem construído uma relação de dominação de gênero, classe e raça. Dominação de gênero por serem os homens os proprietários de terra, os senhores, donos da terra e de escravos, isto é, quem sempre decidiu sobre questões econômicas e sobre as relações no grupo familiar. De classe, por ser o dono e explorador da terra e de escravos, ou da força de trabalho alheia, o que também implica a hierarquia de raça, fundamento utilizado para o processo de escravização. A dominação tem cumprido uma função na relação com o patriarcado:

Por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado" ou dos "dominados"), e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações C'obediência. (WEBER, 2004, p.191)

Essa influência necessária ao grupo familiar projetou relações que se estabeleceram por centenas de anos entre um patriarca e os demais membros da família, passando por várias fases históricas de desenvolvimento humano, mas mantendo uma mesma lógica de reprodução das relações de dominação, baseada na crença de que sempre foi assim e sempre será. Esse modelo do ‘sempre foi assim e sempre será’ esteve ligado ao da propriedade, já que esse chefe de família detinha no âmbito do espaço doméstico o poder de posse seja sobre bens como terra, habitações ou filhas/os, esposa e escravizados, comprando ou trocando sempre que entendesse ser necessário. Assim:

No caso da autoridade doméstica, antiquíssimas situações naturalmente surgidas são a fonte da crença na autoridade, baseada em piedade; para todos os submetidos da comunidade doméstica, a convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, com sua comunidade de destino externa e interna; para a mulher submetida à autoridade doméstica, a superioridade normal da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera de poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram submeter-se desde pequeno. O poder paterno e a piedade filial não se baseiam primariamente em vínculos de sangue reais, por mais que sua existência seja seu pressuposto normal. (WEBER, 1991, p 234).

O modelo patriarcal se reproduziu basicamente no interior da família, ora como o que decide julga e penaliza os membros do seu grupo tido como família, e ora impedindo mudanças de relações democráticas onde todas e todos possam ajudar a decidir. Quando isso não ocorre, este modelo de relação de um determinado grupo de pessoas, seja na antiguidade, ou nos dias atuais, tem cumprido a lógica pedagógica do sistema de reprodução de dominação impregnando no cotidiano o hábito de subserviência das mulheres, filhas e filhos ao controle dos maridos, pais e irmãos mais velhos.

Mesmo passando por um período de afirmação das liberdades individuais, com o nascimento do Estado Moderno liberal, no qual a racionalidade passa influenciar sobre os costumes morais, o patriarcado permaneceu bem enraizado nas relações privadas e mais fortemente nas famílias, embora o surgimento do Estado moderno tenha tido como pressuposto a separação entre público e privado, dando a entender, pelo que temos hoje, que no primeiro prevalecem as relações de liberdade e no segundo as de submissão e obediência. Nesse sentido:

(...) o liberalismo é estruturado por relações patriarcais, bem como de classe, e que a dicotomia entre o privado e o público obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista. (PATEMAN, 2013, p 56-57).

Nesse processo de obscurecer a submissão das mulheres em relação aos homens, possibilitou que o Estado Liberal e o Patriarcado existissem diante do modelo racional e livre, típico de uma sociedade moderna, ou seja, a liberdade dos homens se dá sobre as opressões das mulheres, criando ao mesmo tempo um Estado fundamentado nas liberdades individuais na esfera pública com um domínio patriarcal no privado. Para legitimar essa dominação sobre as mulheres justifica-se, pela natureza, que os homens possuem força física superior as mulheres e por isso devem culturalmente também dominá-las, como afirma Aguiar:

O controle sobre as mulheres é semelhante ao exercido sobre os animais, quando os direitos do senhor se estendem sobre todos os filhos tidos, dependendo exclusivamente de seu reconhecimento para que possam ser por ele sustentados. A relação de dependência parece ser atribuída pelo autor à natureza, quando enumera a superior força física e inteligência dos homens, em comparação com as características das mulheres. Entretanto, de fato, o padrão de dominação se deriva do controle social que o pai exerce sobre a reprodução (AGUIAR, 1997 p, 172).

No Brasil esse processo de constituição do Estado trouxe consigo tais características. Uma vez que a invasão foi seguida de colonização para a exploração e implementou-se uma estrutura de dominação no campo. O símbolo dessa dominação foi o latifúndio no qual o senhor dono de terras, em um território quase nada urbanizado, afirma uma organização familiar essencialmente doméstica e privada. Nesse sentido:

(...) o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente anti-urbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um micro-cosmo ideal: e tudo é como se não existisse a sociedade. (VIANNA, 2005, p. 99).

Esse modelo de família e de propriedade marcado pela exploração e pela moralidade que legitimam o poder de um senhor dono de terra sobre um grupo de pessoas, afirma seu poder com base na propriedade privada que se constituiu como célula de um sistema que se sustenta a partir desses núcleos de dominação, necessários a manutenção de uma lógica de exploração por parte das elites. Esta por sua vez reafirma um elemento importante que precisa ser problematizado: a

moralidade. A moralidade cumpre uma função estratégica de dominação uma vez que ela está ligada a outra instituição que esteve sempre presente, a Igreja, e por onde se impôs uma grade de valores morais a serem seguidos pelas mulheres no processo de submissão.

Mas é importante não deixarmos de citar que o latifúndio cumpriu de forma precisa sua função de oprimir e concentrar, forjando uma miscigenação forçada, violenta e excludente entre homens brancos e mulheres nativas indígenas e negras, concentrando a riqueza roubada com violência do trabalho alheio. O latifúndio no Brasil se constituiu como um sistema degradante de seres humanos e de seu desenvolvimento social.

O que se desenvolve no Brasil é o que Sergio Buarque de Holanda chama de “civilizações de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades que toda a vida da colônia se concentra” (HOLANDA, 2002, p 73), tendo como base a exploração da mão de obra escrava, impedindo o desenvolvimento e colocando como modo de organização social o modelo patriarcal de família, com um poder sem limites e jamais contestável do senhor. Nas palavras do autor:

Dos vários setores de nossa sociedade colonial, foi sem dúvida a esfera da vida doméstica aquela onde o princípio de autoridade menos acessível se mostrou às forças corrosivas que de todos os lados o atacavam. Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantendo-se imune a qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturba-lo ou oprimi-lo. (HOLANDA, 2002, p. 81).

Embora esse poder patriarcal tivesse seu núcleo ligado a propriedade da terra, de pessoas e das relações, era um modelo de dominação que se estendia também aos espaços públicos, pois o poder na família predomina na esfera pública e este modelo garantia a ideia de normalidade do poder dos homens, seja na família ou na sociedade, em síntese na vida social como um todo, ou entendendo de uma outra forma, as organizações políticas não passavam de uma extensão das organizações familiares.

A análise feita até agora em diálogos com as autoras e os autores nos colocou diante de uma problemática histórica no processo de nossa formação política e cultural: a de que nascemos embrenhadas/os em uma estrutura fundiária concentrada, excludente, com princípios patriarcais de dominação masculina atreladas, justificando tal domínio sobre posses e relações familiares, mesmo diante

de um suposto Estado liberal que nascia pregando as liberdades individuais econômicas, na implementação de novas relações de produção e trabalho.

O processo de debater sobre libertar-se do latifúndio e das relações patriarcais não é uma discussão possível sem que se entenda as contradições da estrutura fundiária no Brasil. Por isso, foi preciso trazer alguns elementos históricos para então dialogarmos sobre como se efetivará essa libertação do latifúndio, mas, também, de um modelo de opressão patriarcal no campo das relações humanas.

Outro importante elemento que nessa problematização não podemos deixar passar é compreendermos que o patriarcado tem passado por diferentes processos históricos, e essa transmutação possibilitou chegar aos dias atuais se desenvolvendo na vida privada e se promovendo na vida pública. Assim como o capitalismo, um sistema que se sustenta sobre exploração e opressões, vem se reorganizando para manter-se vigente, o patriarcado também se estabeleceu de forma independente na vida doméstica, na relação do trabalho, na vida afetiva conjugal, fomentando uma cultura de submissão das mulheres aos homens.

Olhando de forma mais específica para o latifúndio, compreendemos que este também se reordenou na vida social, passando de um sistema improdutivo e atrasado para um sistema moderno e produtivo para Estado Brasileiro. O processo de *modernização* do latifúndio, que ocorreu por meio da introdução no processo produtivo de máquinas e insumos modernos, permitiu aos latifúndios a evolução para empresas rurais capitalistas. Com isto, os latifundiários se constituem em capitalistas do campo (OLIVEIRA, 2007). Esta suposta modernização do latifúndio não alterou as estruturas sociais, pelo contrário, aprofundou as desigualdades e vem contribuindo para a expulsão do campesinato, transformando-o em trabalhador assalariado. Contudo, de forma contraditória, o campesinato tem retornado ao campo, reterritorializando-se, por meio da ocupação do território apropriado pelo capital. Esta nova roupagem, com ar de moderna, mantém no seu cerne o patriarcado, pois se modernizou materialmente mantendo a velha ordem de uma sociedade comandada por homens brancos conservadores e heterocissexuais.

Até aqui buscamos articular elementos que perpassam pelas dimensões humanas e econômicas, que estruturam relações sociais, buscando construir entendimentos que não existe coerência num debate sobre relações de gênero,

diversidade sexual e lutas de classe construídos de forma desarticulada. Entende-se que este debate precisa estar articulado também a um projeto maior, de transformação social, que neste caso implica a Reforma Agrária Popular. Desta forma:

Do ponto de vista etimológico, a palavra **reforma** deriva do prefixo **re** e da palavra **formare**. A palavra **formare** é a forma de existência de uma coisa ou de um sentido. Por sua vez, o prefixo **re** contém o significado de mudança, de renovação. Logo, a palavra reforma contém o significado de mudança de uma estrutura pré-existente, em um outro sentido determinado. A reforma agrária implica, portanto, na ideia de renovação da estrutura fundiária vigente. Por conseguinte, as leis de reforma agrária constituem-se em instrumentos opostos à estrutura agrária existente, a qual ela objetiva modificar. (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Já o termo Popular no debate de reforma agrária resulta da incorporação da trajetória de lutas populares pelo acesso à terra e/ou por resistência e permanência dos trabalhadores e das trabalhadoras camponesas na mesma. Soma-se ao debate de Reforma Agrária o Popular, portanto:

(...) por que abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda a classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo o povo (...). Vinculação direta com o legado histórico dos 30 anos do MST e do passado de lutas massivas camponesas e nos permite projetar as alianças de todo o povo e as relações que queremos e necessitamos desenvolver com a terra, o território e a produção para construirmos uma sociedade justa, igualitária e fraterna para todos (MST, 2015, p. 52).

A luta pela terra no Brasil é um processo histórico construído pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. Inúmeros foram os esforços compreendidos no tempo, mas é a partir da década de 1970 que a reforma agrária passa a ser novamente pautada, porém agora não mais como luta somente pelo direito a terra, mas como a luta por uma nova sociedade. Nesta perspectiva:

Os camponeses, expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, passaram a contestar a estrutura fundiária vigente. Organizados a partir das comunidades eclesiais de base das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas. Dessa forma, nasceram as ocupações de terra pelos movimentos dos sem terra, que depois, em 1984/5, unificaram-se formando o MST. Portanto, a modernização da agricultura excludente em sua essência, gerou o seu oposto, a luta dos camponeses sem terra do Brasil pelo acesso a terra. As contradições aprofundadas no período do governo militar, geraram a base social para a luta pela reforma agrária. (OLIVEIRA, 2007, p. 159).

Ao fazer a luta pelo direito ao acesso à terra, entendeu-se que esta sobreviveria aos ataques do Estado se estivesse articulada a um projeto social de

campo, um projeto de Reforma Agrária Popular, pois fazer a luta pela terra é aflorar uma contradição histórica do Estado capitalista Brasileiro, isto é, os milhões de excluídas/os sem a terra, gerados pelo êxodo rural.

A proposição inicial já está tendo algumas problematizações sobre qual caminho seguir para avançar em transformações. Para combater as cercas do latifúndio é preciso mais que democratizar a terra, assim como para se libertar das opressões patriarcais é preciso mais do que identificá-las. Ambas exigem que não se discuta de forma isolada. Para tanto, as estruturas e formas de opressão passam a opressões de exclusão social que tem eliminado ou explorando quando condiz, camponeses e camponesas, pelas formas de dominação e reprodução das relações de opressão sobre os sujeitos, que historicamente vem sendo dominadas/os.

A relevância de articular os elementos de gênero e diversidade sexual a Reforma Agrária Popular, tem contribuído com o amadurecimento político e organizativo do MST, que vem construindo com sua base um projeto de transformações sociais, e esta mudança se ampliou para além da terra, porém a mantém como perspectiva de construir territórios libertos do latifúndio como também sujeitos livres, de novos seres humanos livres de relações patriarcais. Nesse sentido:

O empenho pela construção do “novo” na intimidade de cada indivíduo e nas relações entre os sem terra, faz parte dos objetivos do MST. A dinâmica das relações entre militantes do MST pode ser observada em documentos elaborados pelo movimento, sintetizados em objetivos, princípios políticos, valores e comportamento que o mesmo considera necessários na construção do “novo homem”, da “nova mulher”, “novas relações” de gênero e da “nova” sociedade. (MELO, 2007, p. 114).

Ao problematizar o ‘novo’ no combate ao latifúndio e as opressões patriarcais, se reafirma que não é possível discutir relações humanas livres de opressões, se não começarmos agora, no tempo presente, com sujeitos que foram educados sob mazelas patriarcais. Desconstruir vícios e desvios ideológicos que fortalecem o sistema de dominação econômico, ligado ao modo como se estabelece uma relação com a terra, como também ao modo como, enquanto ser humano, se reproduz a existência social, afetiva e sexual.

As provocações têm se dado na busca de entender e, após afirmar a indagação deste tópico, que não se separa a vida privada da pública, não se separa o econômico do cultural. Embora aconteçam em esferas diferentes, os sujeitos são os mesmos e imprimem suas impressões nas relações que estabelecem. Logo, não

se separa luta pela terra do modelo de sociedade que se busca construir, como não se separa gênero de opressão de classe e do capitalismo.

3. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL EM DEBATE NOS ESPAÇOS DO MST



Figura 9: Espaços LGBT Sem Terra¹⁷

O caminho percorrido até aqui teve como objetivo conhecer a construção dessa marcha que percorreu não somente o debate de gênero e diversidade sexual, patriarcado e latifúndio, mas a marcha que percorreu e percorrerá o sujeito Sem Terra com sua diversidade sexual na luta por uma sociedade justa. Nosso próximo passo está relacionado em compreender como o debate da diversidade sexual vem se concebendo nos espaços do MST, espaços estes que compreendem desde a militância, com suas tarefas, até a base e seu cotidiano nos acampamentos e assentamentos.

Uma primeira questão pertinente, é conhecer quem é o sujeito LGBT Sem Terra hoje, e como se constituiu na trajetória de militância antes do coletivo LGBT Sem Terra, pois o MST ao longo de sua existência, buscou fazer o papel de ser um importante instrumento pedagógico, reeducando sujeitos excluídos nas mais

¹⁷ Fonte: Coletivo de Comunicação do MST/Bahia

possíveis dimensões para a vida em sociedade, possibilitando assim uma tomada de consciência do seu papel político na história da luta.

Na trajetória desse trabalho, composto por pesquisa com entrevistas de militantes LGBT do MST, conhecemos diversas histórias de constituição das LGBT Sem Terra. De modo geral, antes da sua afirmação como LGBT dentro de um movimento social, estas/es militantes assumiram uma identidade política como sujeitos Sem Terra, com tarefas de organização, coordenação, estudos e produção.

3.1 DIVERSIDADE SEXUAL: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO NA LUTA PELA TERRA

Construir a luta pela afirmação de uma identidade LGBT no movimento da luta pela terra revelou que temos uma possibilidade de liberdade infinita, diante das contradições que afloram todos os dias. Essa imaginável possibilidade de ser livre para amar sem medo exige luta e não somente pelo direito, mas contra um conjunto de opressões econômicas e culturais que nos impedem de vivermos essa possibilidade. No combate as contradições, que aos poucos provocavam discussões sobre o lugar das LGBT Sem Terra no MST, e, ainda, se seria neste espaço que as pautas de gênero e diversidade sexual deveriam ser discutidas, contribuiu para gerar um debate mais ampliado sobre o papel do MST na construção do projeto de Reforma Agrária Popular e, pensar também no espaço para o sujeito LGBT Sem Terra neste projeto.

O projeto de Reforma Agrária tem uma significativa trajetória em construção. O momento histórico vem exigindo do MST que se resignifique como instrumento político coletivo e acolhedor de seres excluídas/os e marginalizadas/os. Estes seres humanos se fazem movimento fazendo-o, razão pela qual veem nessa organização a possibilidade de resgatar sua humanidade. É nesse processo que as LGBT Sem Terra compreendem que é preciso construir um entendimento das mais variadas formas de viver sua orientação sexual e identidade de gênero neste movimento social.

É necessário trazer aqui a discussão de que essa luta por viver com dignidade, vai além da conquista da liberdade sexual e afetiva. Entende-se que isso

só é possível se houver uma luta conjunta para combater outras formas de opressão, como a de classe, as desigualdades sociais, econômicas e a dominação cultural sintetizada no patriarcado e na heterocisnormatividade.

A pesquisa revela que a luta social tem educado para uma nova postura política. Ao pautar nas suas agendas a diversidade sexual como um tema político, o MST se propõe a vivenciar um novo processo político e organizativo. Quando o MST assume interna e externamente essa postura de movimento social que reconhece, na sua organicidade, o coletivo LGBT Sem Terra cumpre com a superação de um limite histórico: o entendimento do tema como um processo político. Esse reconhecimento tem possibilitado a uma militância LGBT Sem Terra que estava afastada, se reencontrar novamente no MST, retornar para os territórios do movimento e passar a viver com sua orientação sexual e identidade de gênero sem medo de debater no projeto de Reforma Agrária Popular a necessidade de seu reconhecimento como sujeitas LGBT Sem Terra, militantes dos assentamentos e acampamentos, ou seja, construtores do MST.

Essa busca para viver livremente a sexualidade é um desejo LGBT das Sem Terra, que retornam aos territórios políticos do MST, entendendo que para além de viver sua orientação sexual e identidade de gênero se propõem a construir o debate associado ao projeto de sociedade, de novas relações pautadas na luta, no amor, no respeito, na igualdade e reciprocidade, pois a sociedade capitalista brasileira, de modo geral, já tem mostrado que não aceita e nem tolera a diversidade. O processo de compreensão do significado político e humano deste debate nos espaços do MST se dá sobre duas situações. A primeira diz respeito à necessidade, enquanto organização, de construir uma compreensão coerente, com seu histórico de luta e defesa das oprimidas e dos oprimidos e o combate aos problemas estruturantes da sociedade. O segundo está relacionado ao entendimento que LGBTs estão tendo sobre as questões de gênero e diversidade sexual na importante relação com o projeto de Reforma Agrária Popular.

Fazer a relação do problema da concentração da terra e o modelo de campo em construção com questões subjetivas dos sujeitos que militam é um desafio em constante superação. Assumir este projeto implica trazer para o debate o modelo de campo com base na produção agroecológica, na participação das mulheres nas

distintas instâncias de luta e de produção, no combate a todas as formas de discriminação. A formação desse debate é uma questão central para o movimento social do campo. Esse movimento tem adquirido a compreensão com seus sujeitos da importância de refletir sobre si mesmo e sobre estas questões que competem aos seus militantes. Coloca-se o desafio de saber distinguir coletividade e subjetividade no processo de identidade Sem Terra LGBT, socialmente e dialeticamente produzido na luta social, no qual a sexualidade precisa ser debatida de forma política.

As entrevistas com as LGBT Sem Terra revelam sua compreensão sobre a constituição do debate da diversidade sexual no MST, associado ao projeto de Reforma Agrária Popular. Uma das primeiras questões feita nas entrevistas foi sobre como se sentiam no MST com a sua identidade LGBT. Os relatos foram focados em contar como, enquanto gay, trans ou lésbica, a pessoa vivencia a luta, como participa de processos produtivos, educacionais, assumindo tarefas nos espaços dos assentamentos e acampamentos. As narrativas revelam que com esta convivência se desconstróem preconceitos e se fortalece a organização. Isto fica evidenciado no depoimento de uma militante que afirma ter se identificado desde o início como sujeita LGBT. Nas suas palavras:

Lá no RS não tenho problema nenhum quanto a isso, desde que eu fui acampar eu sempre atuei: atuei na escola itinerante e na escola do acampamento durante três anos. Dentro do assentamento, eu participo das coordenações e faço parte também do grupo de teatro que foi montado... montado não, já existia esse grupo do movimento, só que eu comecei a fazer parte agora que é peça para o povo. (F, RS,¹⁸ entrevista, 2017).

Estar como LGBT no MST é “ser militante é tocar o movimento”, como os Sem Terra dizem, afirmando assim que o importante é ser Sem Terra LGBT, e estar em movimento, construindo a organização na sua base, seja no grupo de teatro ou coordenando o assentamento. Nas tarefas assumidas também se forja o militante convicto e junto vem sua subjetividade que não transpõe a vontade coletiva, mas assume outras subjetividades para tornar a orientação sexual e a identidade de gênero em causa política da organização.

Um ponto que chama atenção na entrevista de F.RS, é o papel da educação. Foi este setor que acolheu as LGBTs Sem Terra, que assumiram tarefas e se

¹⁸ Para identificação das entrevistas foi utilizado algumas características próprias de cada entrevistado, sendo abreviado como forma de garantia da integridade dos entrevistados.

formaram política e pedagogicamente, passando a contribuir em outros espaços. É também neste setor que se inicia o debate, com maior abrangência, no sentido de buscar construir a emancipação para uma identidade LGBT Sem Terra. Mas este debate também ganha espaço e se forja em outros setores, principalmente, o de gênero.

Sentir-se LGBT Sem Terra no MST é o início de uma conquista histórica, pois através da luta nesse contexto social, um movimento camponês que reconhece politicamente sua militância com a diversidade sexual se posta à frente do seu tempo e afirma que ser Sem Terra é ser em essência humano, que vem se encontrar com seus iguais e seus diferentes no MST. Se as sujeitas LGBT já estavam no MST antes deste debate começar, significa que este acolhimento precisa ser fortalecido, mas também que seu significado tem educado outros sujeitos coletivos a pensarem sobre seu papel na história humana. Se antes este acolhimento não foi feito no MST, pela conjuntura do tempo, processos gestaram no berço da luta o nascimento dessa possibilidade histórica. E isto reflete o protagonismo da juventude LGBT Sem Terra.

Muitas companheiras e companheiros problematizaram as contradições das relações humanas para que chegássemos hoje à tarefa política de debatermos a diversidade sexual no MST. O como se sentir LGBT no MST traz consigo duas dimensões das muitas que nos compõem: a dimensão da identidade LGBT e, dentro dela nossa orientação sexual e identidade de gênero. Mas também traz a dimensão de Ser Sem Terra. Isto fica evidente nas entrevistas. As sujeitas LGBTs entrevistados resgataram primeiro sua trajetória no MST para então falar da sua orientação sexual e identidade de gênero e da relação destas com a luta.

Me encantei com tamanha sensibilidade das entrevistadas onde primeiro se postaram como sujeitos coletivos e só depois se apresentaram como LGBT. E o que estou querendo dizer com isso? O que estes dados nos indicam? Que o debate da diversidade sexual nasceu como expressão coletiva do MST e não só dos LGBT Sem Terra. Ele nasceu dos aprendizados que a luta forjou e forjará em cada militante que combate o latifúndio, o capitalismo e o patriarcado com suas identidades de gênero e orientação sexual.

O sentimento de ser sujeito LGBT no MST e assumir-se publicamente enquanto ser político reafirma que o debate é mais necessário do que imaginamos,

pois não se combate desigualdades sofrendo-as e não as refutando. Um quadro político se constrói com anos ou uma vida de militância. Portanto, acredito que o debate é novo no MST, mas os LGBT vêm há um tempo o constituindo como ferramenta política que mantém a ocupação do latifúndio da terra, bem como vem cortando cercas de outras terras aprisionadas, uma delas o debate de gênero e diversidade sexual.

Um elemento que também nos ajuda a ampliar o entendimento do que é ser LGBT Sem Terra no MST, é observar que na fala das entrevistadas não se percebe receios em falar sobre o tema na organização. Há um entendimento que esse debate deva ser feito pela organização mesmo que ocorram resistências internas. Percebe-se que o medo de falar sobre diversidade sexual está sendo superado. E o porquê disso? Porque aprendemos no MST que o nosso medo fortalece o opressor. Não dá tempo para ter esse sentimento! Temos que superar o preconceito de forma coletiva.

A ideia de que teríamos um conflito geracional ao pautarmos o debate de gênero e diversidade sexual com os quadros que têm uma trajetória de mais tempo na organização, revelou, para nossa surpresa, que esse não é um problema. A militância histórica de alguns têm fortalecido, encorajado e revelado que a formação na militância possibilita, mesmo aos mais velhos, a compreensão da importância desse debate para o MST e para a Reforma Agrária Popular.

3.2 ESPAÇOS FORMATIVOS DO MST E O DEBATE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Ao pensarmos o processo do debate da diversidade sexual nos espaços formativos do MST percebemos que esse elemento vem sendo incorporado nas pautas da organização a partir do debate de gênero, que continua presente e fortalecido, possibilitando avançar para discutir a diversidade sexual. Isso também só foi possível por causa do protagonismo das LGBT Sem Terra, que traz um novo desafio para este movimento social de massas, organizado para o combate das opressões e a transformação da sociedade: incluir de forma igualitária a todas, todos e todes. A este respeito, em entrevista, MIGH afirma que:

E como é que você vai transformar a sociedade se você não reconhece a todos os membros dessa sociedade? Como eles são na sua identidade, como eles se sentem e como eles participam? Eu acho que é isso que leva o movimento a essa procura de descobrir e de sempre estar acolhendo o novo. (MIG-H 2019).

Esta postura apontada no depoimento de um dos quadros que ajudou a construir o MST nestes 35 anos de caminhada reafirma que o lugar de debate da diversidade sexual nesta organização ocupa um espaço próprio e de muita importância política quando no todo do processo reconhece as identidades como afirmações políticas. Isso se reforça quando no debate do projeto de Reforma Agrária Popular, gênero e diversidade sexual começam a ser assumidos como instrumentos de análise das contradições na luta e na sociedade. Orientar-se por esse princípio exige que, seja a organização, seja o sujeito que milita nela, não reproduzam relações de preconceito, uma vez que tais relações desumanizam outros seres humanos, mesmo os que ainda não estão presentes nela. Esta é tarefa da militância que assume a identidade Sem Terra.

Nas entrevistas, um momento muito significativo foi quando as LGBTs entrevistadas se apresentaram identificando-se com identidade Sem Terra e LGBT. É este reflexo da militância, construída no MST, para o qual a emancipação dos sujeitos possibilita que a organização seja assumida pela militância com suas várias bandeiras, identidades e tarefas, como a atuação na escola itinerante, na cooperativa ou em outros espaços organizativos.

A prática social organizativa do MST vem construindo uma relação de superação de limites. Nas suas atividades, a divisão de tarefas para a realização dos trabalhos é um dos princípios e processos que tem contribuído no avanço e na superação das desigualdades de gênero. Isso também já começa a contribuir para superar o limite do convívio nos espaços de luta onde se reúnem os sujeitos com suas identidades de luta.

A convivência e a organicidade no MST educam seus sujeitos e sua base, desconstruindo limites, porém há que se reconhecer que os limites enfrentados não se superam pelo acaso. O limite da tradição patriarcal e da heterocisnormatividade que o MST enfrenta é parte de uma tradição patriarcal presente no movimento desde sua origem. Contudo, debater estas contradições, contribuiu para assumir

pautas como gênero a diversidade sexual, buscando combater internamente tais opressões.

Um dado importante é que a inserção do debate da diversidade sexual no MST tem reaproximado militantes da organização. A militância que se afastou por compreender que o Movimento não teria abertura para este debate, retorna para a luta quando é mobilizada a discutir também as questões da diversidade sexual, passando a se ver como parte da organização. No trecho dessa entrevista GLPR nos fala que:

Eu não me via dentro do movimento. Não conseguia me inserir dentro do movimento, né?!... de uma certa forma nos anos anteriores. Aí eu tava no movimento, mas não me sentia parte do movimento como LGBT, né?! Então, esse é o primeiro curso que eu tô fazendo o que eu tô querendo esse contato com o LGBT Sem Terra, tô sentindo novamente né?!... parte da organização. Por que, anteriormente, você também ia para os encontros, mas não via, vivia escondido, acontecia escondido. Toda essa proposta de, não de empoderamento, mas sim de uma emancipação né?! Da gente dizer ó, quem somos, nós fazemos parte dessa história. Para mim é uma questão inovadora. É uma perspectiva totalmente nova que eu tô começando a sentir isso de maneira mais positiva possível. (GLPR- 2019).

Essa retomada apresentada neste depoimento é reflexo do debate que vem sendo construído nos espaços do MST. Mais do que isso, revela ainda que por alguns anos existiu uma militância que não se via por completo nessa organização e, por mais que assumisse a identidade Sem Terra, sinônimo de coletivo, ainda almejava este debate que agora tem rearticulado o sentido de estar militando no MST. Isso se deve também aos fundamentos do projeto de Reforma Agrária Popular quando defende “combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, etc”. (MST, 2015, p.37).

Um elemento que instiga a curiosidade é saber se em um movimento social ocorrem situações de preconceito e discriminação, elementos estes que nas entrevistas apareceram como situações que revelam os limites políticos da base e dos dirigentes. Foram várias as situações relatadas nas entrevistas dessas vivências, desde o ser chamado a falar grosso, ao uso do banheiro pelas transexuais, como também junto a isso se aflorou a questão racial e o questionamento sobre o cabelo trazido neste trecho de depoimento:

Eu lembro que foi na primeira, na segunda, na terceira reunião mais ou menos da direção da região em que eu atuava... O dirigente disse que só

podia falar, me inscrever e pontuar algo referente ao tema debatido se eu falasse que nem homem. Aquilo para mim foi horrível. E não consegui dar uma resposta diante da postura do companheiro. E os demais dirigentes que também estavam na reunião, porque ele fez isso de maneira muito pública, assim, não tiveram nenhum posicionamento também do processo né... Aí todo mundo fez a “egípcia”¹⁹ fingindo que não viram o que estava acontecendo e a reunião prosseguiu. (WL G BH- 2019).

A caminhada de trinta e cinco anos de debate sobre a transformação social tem sido bastante árdua. Se no campo da produção agrícola predomina o modelo convencional, nas relações humanas se manifestam práticas também convencionais, que reproduzem a violência de gênero e o preconceito com LGBTs, que têm permeado com suas militâncias esta organização enfrentando tais contradições.

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire nos lembra que:

O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (FREIRE 1996, p. 26).

Dois elementos merecem atenção nesta relação em lutar contra distintas formas de dominação. Um primeiro diz respeito ao projeto que se defende e se discursa para o mundo. Compreende-se que os sujeitos se fazem também na luta, quando deixam aflorar seus limites através da piada ou do que de fato pensam. Buscar transformar estas atitudes implica em travar uma luta com a própria organização, no sentido de transformá-la por dentro. Outro elemento é em relação à educação pela qual as LGBTs Sem Terra se construíram na militância. O setor de educação do MST formou muitos quadros que hoje debatem a diversidade e outras pautas do movimento. Mas foram também as leituras de Paulo Freire que encorajaram a cortar mais estas cercas e trazer o debate para ser assumido

¹⁹ Fazer a egípcia é um termo utilizado no meio LGBT para se referir ao comportamento ou postura adotada quando em uma determinada situação ou pessoa ignorar ou deixar de lado, ou não se envolver.

politicamente pelo MST, respeitando a história da luta pela terra, e do movimento LGBT.

Mas a partir de uma análise crítica, é possível perceber que há muito que se fazer para fomentar esse debate. São inúmeros os limites, bem como os avanços políticos. Entende-se que o projeto de Reforma Agrária Popular só se afirmará como tal se debater de forma ampla a sociedade e esta precisa discutir gênero e a diversidade sexual nos territórios de Reforma Agrária. Assim:

É impossível fazer o debate da Reforma Agrária Popular sem pensar como o sexismo, como o machismo opera diretamente dentro das nossas comunidades impedindo que as mulheres se organizem e construam o seu protagonismo no processo de participação e formação através do feminismo camponês Popular. Que é impossível pensar no projeto de reforma agrária se a gente não pensa como a gente dá visibilidade, como a gente coloca o sujeito LGBT na frente dos nossos processos organizativos, não apenas participando, mas também protagonizando as lutas né?! e, inclusive, formulando, sistematizando em torno de elementos que são estruturais como a questão do patriarcado. (WLBH-2019).

A Reforma Agrária Popular como projeto de campo precisa ter demarcado o espaço desse debate nos processos formativos da organização como um todo, não permitindo no seu conjunto que as contradições se aflorem sem serem problematizadas. Cabe lembrar que ao analisarmos esse processo no MST, estamos primeiro analisando um Movimento social constituído por camponeses e camponesas, que nasce em defesa do acesso à terra bem como para combater sua concentração. No processo, amplia sua visão para incorporar um projeto de campo com pautas como a agroecologia, as questões de gênero e a diversidade sexual o feminismo camponês e popular. Esse amadurecimento político não veio do externo da organização, mas sim da sua militância que, através de vivências e estudos, acumulou elementos teóricos e práticos para combater o latifúndio, o agronegócio e o patriarcado no seu interior.

O coletivo LGBT Sem Terra não nasceu para pautar a diversidade sexual no MST ou no Projeto de Reforma Agrária. Ele vem como expressão de uma militância que compreendeu que no contexto do campo, o Projeto de Reforma Agrária Popular precisa compor-se também da diversidade sexual, pois no MST já faz muito tempo que a diversidade sexual esta presente. A este respeito, WLBH-G (2019) diz que:

(...) a organização da população LGBT forçou também, por outro lado, o movimento para reconhecer a presença desses sujeitos. Falar sobre o processo de ser sujeito LGBT dentro do MST é ao mesmo tempo ter que reafirmar um posicionamento político. Enquanto um sujeito ajuda a construir uma luta é também lidar com diversas contradições. Sabe, diversas contradições e diversos limites que existem dentro desse próprio debate para dentro da organização. Assim, eu avalio muito positivamente, assim o quanto que a organização, por ser um sujeito LGBT e estar inserido nela o quanto que a organização me ajudou a perceber enquanto figura não apenas no campo da identidade da orientação sexual, mas também na minha construção enquanto sujeito, né?! Então eu acho que ser um sujeito LGBT dentro da organização - a palavra não veio tá - ser sujeito LGBT dentro da organização é afirmar-me enquanto sujeito político para além da identidade, da orientação (WL, BH, entrevista, 2017).

Militante jovem, WLBH-G, analisa que enquanto LGBT Sem Terra, reconhece-se como sujeito que se afirma politicamente com sua identidade de gênero e orientação sexual. Isto é um posicionamento político de quem tem convicção de um projeto de uma sociedade digna e sem opressões. As LGBTs Sem Terra se posicionam como militantes que compreende que a luta é maior, se superar contradições, que entende que o debate da diversidade sexual só tem sentido se for compreendido no todo e também nas partes.

Essa compreensão tem uma trajetória histórica que é reflexo dos processos formativos do MST, nos quais não basta resolver o problema da distribuição da terra se não mudar o modo como produzimos na terra. Isso projeta para compreender que a tarefa das LGBT Sem Terra é combater a LGBTfobia, porém, não se supera a LGBTfobia se for desconectado do combate a outras opressões de classe, como a exploração do trabalho e o controle ideológico que gera tantas violências.

O estar no MST exige aprender a se organizar para construir junto. E isso é algo que chama atenção sobre as razões pelas quais se avançou para compreender que uma nova sociedade não nascerá apenas a partir da superação do modo de produção e exploração capitalista. É preciso superar a desigualdade de gênero, alimentada pelo patriarcado, a LGBTfobia sobre a diversidade sexual, o modelo da agricultura do agronegócio a partir da afirmação de uma agricultura camponesa, agroecológica.

Outro militante mais jovem, e jovem no MST, compreende que é tarefa da militância LGBT do MST construir a Reforma Agrária Popular. Para ele:

O movimento tem aquela coisa. Enquanto movimento, ele se massifica e faz o trabalho de base. Ele tem aquele negócio de acolher os excluídos dos excluídos, tipo assim se um gay, uma trans: se ela é excluída do excluído

ela também se encaixa nesse processo de reforma agrária. Como vai conviver com casais gays dentro do movimento? Então, essa questão... ela tem que ser pautada na reforma agrária porque não é assim... Por que a gente é gay, não tem capacidade de construir também e fazer reforma agrária? (K-G,2019).

Essa tarefa de construir a Reforma Agrária Popular é tomada pelo militante LGBT como tarefa que também é sua. Que pertence também aos militantes LGBT, pois se o projeto vai discutir diversidade sexual, as LGBT Sem Terra já vêm discutindo o campo como um dos espaços de vida LGBT. Portanto, campo e diversidade sexual não se separam. Se misturam na difícil tarefa de pensar a partir desse território político e geográfico a pessoa da diversidade sexual.

Ainda na entrevista, K-G, (2019) afirma que é importante discutir isso nos cursos de formação. Mas, o limite maior está em como chegar à base (entendida aqui como territórios de assentamentos e acampamentos onde vivem os Sem Terra que participam da organicidade) onde o machismo, o sexismo e a LGBTfobia também estão se fazendo presentes. Como trabalhar essa demanda em territórios compreendidos por ele como inseguros? Isto nos leva a perceber que ainda encontramos pouca abertura fora da militância do MST para discutir a diversidade sexual. Além do que, o debate é necessário com todos, todas e todes da organização.

O MST foi quem formou o sujeito Sem Terra LGBT e este vem formando o movimento. O debate da diversidade sexual no MST tem cumprido um propósito de combater os estereótipos de gênero, na medida em que as pessoas da diversidade sexual problematizam situações como a relatada por WL-G (2019) quando um membro da direção da região o advertiu em uma reunião perante os demais membros que deveria falar como homem. A postura misógina de imposição da heterocisnormatividade, pelo suposto jeito de ser um militante é expressão do quanto temos que avançar não somente como LGBTs do campo, mas com a militância do MST como um todo, pois, uma organização se faz com princípios e amadurecimento político. Isto, reafirmando gênero e diversidade sexual como processos educativos que rearticulam as pautas que são fortalecidas e também fortalecem o projeto defendido pelo MST.

O debate da diversidade sexual nos espaços formativos cumpre uma relação de igualdade, quando pauta o debate já se tem reações de curiosidade, ao efetivar o

significado para o MST, forma-se pessoas que formam o debate, que fortalecem a compreensão com suas leituras e seus entendimentos do tema, apontando novos elementos para a análise política. Nesse sentido:

Nós somos sujeitos coletivos né. Eu acho que todos nós temos. A gente tem raça, posicionamento político, a gente tem sexualidade também. Então acho que é importante que a gente se compreenda que para além de ser classe trabalhadora, para além de ser Sem Terra né, que é essencial demarcar esse espaço, nós também somos sujeitos que temos sexualidade e gênero. Exercemos isso de alguma forma quando se está em movimento social né, debater a reforma agrária popular, debatendo a educação popular, debater quaisquer desses temas. (GCG-2019).

O debate da diversidade sexual no MST possibilita, entre algumas outras questões, desconstruir a ideia de que há um poder concentrado no Estado e nos seus instrumentos ideológicos, isto é, no sistema capitalista. Começa a se perceber que existe também um discurso que reitera e perpetua, normas de controle, diariamente, através de ritos, se fazendo necessário apresentar um outro discurso libertador, que não trate doentamente a diversidade sexual.

Ao transformar o debate da diversidade sexual no MST como um tema político libertador dos corpos e desejos, tira-se do campo da clandestinidade, do tema que pertencia a um determinado grupo e pauta-se o mesmo na formalidade, porque quem faz a luta tem sexo, desejo e não pode mais se oprimir ou aceitar opressões. O debate da diversidade sexual se pauta no MST como instrumento político, revelando que a Reforma Agrária não é apenas produzir alimentos para acabar com a fome. É preciso desconstruir o patriarcado, o heterocissexismo e o que os sustenta nas relações camponesas, nos territórios de assentamentos e acampamentos e construir novos meios, formas ou jeitos de viver e amar.

Esse debate, ao ser colocado como tema da organização, contribui para quebrar o tabu do falar sobre a sexualidade, tema este que para uma população LGBT é um assunto próximo a partir de um certo momento da vida. Já para a comunidade Sem Terra, é um tema impedido de se falar por preceitos morais, e uma certa tradição da esquerda que secundarizava os debates sobre as relações humanas. Mas cabe reafirmar que o momento histórico exige uma nova postura de discutir temas antes dados como menos importantes em relação ao debate dos meios de produção.

No atual processo histórico, falar sobre relações humanas, gênero e sexualidade é um processo formativo pedagógico, tanto para os sujeitos quanto para as suas organizações se os mesmos estiverem articulados na reconstrução dos seres humanos, destruídos cotidianamente pelo capitalismo: "Mais do que nunca o capitalismo destrói como notava Karl Marx há mais de um século e meio, duas fontes de sua riqueza: a natureza e aos seres humanos." (HOUTART, 2007, p. 423).

Compreende-se, desta forma, que o sistema não distingue no processo de exploração, ele diferencia no acesso aos privilégios, e daí a importância de não pensar a luta social com pautas desarticuladas, menos ainda com prioridades políticas. Cabe, nesse momento, articular os debates como meio de existência e resistência. O que foi discutido aqui é uma análise de uma determinada realidade social considerando o processo histórico pelo qual passa o tema e sua relevância política, buscando superar o limitante moral religioso de compreensão da vida de uma organização e seus sujeitos.

Essa dinâmica de um movimento dialético como o MST nos afirma que tanto uma organização como a sociedade passam por mudanças e, ao assumir politicamente o debate de gênero e diversidade sexual, se propõe a construir não somente novas relações humanas pautadas no respeito e reconhecimento, mas novos processos de sexualidade, por mais que isso soe como utopia, diante de tantos limites misóginos internos.

Pensar este debate nos processos formativos do MST é desafiar-se, enquanto organização, a pensar um novo ser histórico, parafraseando François Houtart (2007). Este novo ser histórico necessita de uma consciência coletiva sustentada na ética em defesa da humanidade e, por último, a utopia no sentido do que não existe hoje, mas pode existir amanhã e, para isso, precisa de ações a longo prazo.

Neste sentido, o papel do debate de gênero e diversidade sexual nos processos formativos deve situar o sujeitos na compreensão da luta organizada e com a tomada de consciência de que o Projeto de Reforma Agrária Popular necessita de novas relações humanas onde a diversidade esteja presente.

Um elemento que precisa ser considerado é que apesar de não se ter um acúmulo teórico sobre os LGBT do campo, esse processo de debate se projeta e possibilita refletir e acumular teoricamente, a partir do exercício vivido, aspectos que

reafirmem o porquê de o tema ser parte integrante do projeto de Reforma Agrária Popular.

Na compressão de Mariano e Paz (2018) o projeto de Reforma Agrária Popular exige do MST uma leitura ampliada de sua base social mobilizando a diversidade que o compõe, pois não é um debate somente formativo para os sujeitos LGBT, mas para a militância como um todo do movimento, da base até os dirigentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo inicial desta caminhada propus compreender onde o debate sobre gênero e diversidade sexual deveria se efetivar nos espaços organizativos e formativos do Movimento Sem Terra, que vem nos últimos 35 anos construindo o projeto de reforma agrária e que, após o último congresso, assume um caráter popular.

Gênero e diversidade sexual são elementos que passam a fazer parte do campo reflexivo do MST – gênero na década de 1990 e diversidade sexual nesta década, mais propriamente a partir de 2015. As entrevistas com os sujeitos da diversidade de diversas regiões brasileiras, de áreas de reforma agrária, acampamentos e assentamentos permitiram identificar que as LGBT Sem Terra há muito tempo vêm ocupando a militância em diversos espaços e tarefas organizativas do MST.

Constatou-se que os sujeitos da diversidade sexual sempre estiveram presentes na luta pela terra, porém, sempre com sua orientação sexual e identidade de gênero nas sombras do processo. Mas, na luta pela terra, aprender a se organizar é parte do processo pedagógico de quem também se educa na luta. Educar-se de forma emancipatória levou a auto-organização, a partir das rodas de conversa, que possibilitaram o diálogo entre militantes para estabelecer o debate LGBT. O ano de 2015 foi um ano de síntese de uma primeira trajetória, que revelou que não era possível continuar militando sem discutir e organizar as LGBTs Sem Terra, nome que passa a ser assumido a partir do primeiro seminário nacional ocorrido em agosto de 2015.

O processo de entrevista permitiu conhecer um pouco os sujeitos LGBT Sem Terra e a sua relação com a luta. Nas entrevistas, sempre se apresentavam como militantes do MST e situavam a sua tarefa na luta, revelando sua importância no processo organizativo das pessoas nos territórios da reforma agrária. Essa pertença vem seguida por um histórico de vida que se relaciona com a trajetória da militância, reafirmada pelos relatos de situações de preconceito vivenciadas na luta, o que revela contradições que contribuem para o nascimento do coletivo para problematizar, educar e construir. Isto exige uma nova postura política, tanto da

organização, que assume o debate e acolhe o coletivo nos espaços de tomada de decisão, como também da militância como todo.

Um outro elemento é que não se trata apenas de reconhecer as LGBT Sem Terra e o coletivo. Implica situar sua atuação em um projeto de campo, tendo por base outros paradigmas no processo de formação dos sujeitos. Esse repensar paradigmas aponta que o debate de gênero e diversidade sexual precisa se fazer presente no todo da organicidade do movimento, pois os sujeitos estão nas mais distintas tarefas da militância como também nos espaços de luta. Mas é importante que os mesmos sujeitos LGBT Sem Terra que faz a luta no setor de produção, educação, formação ou nos coletivos de saúde e da juventude, possa também ter seu coletivo para se pensar no processo.

Como parte da organicidade Sem Terra e do processo de luta, o debate de gênero e diversidade sexual se apresenta como instrumento educativo dos sujeitos e da organização. Este debate precisa se efetivar não somente no coletivo LGBT Sem Terra. Para além disso, há um projeto de Reforma Agrária Popular que precisa ser construído com a cara dos sujeitos, sujeitas e sujeites que o fazem, seja na produção, educação ou frente de massas. Discutir somente gênero e diversidade sexual na ação de construir Reforma Agrária Popular não dá conta de fazer o enfretamento ao modelo de campo do agronegócio com o latifúndio, com a concentração da terra, o modelo patriarcal e heterocisnormativo que se apresenta nas relações humanas e de produção. É preciso discutir junto com o debate sobre feminismo camponês e agroecologia que propõe um outro modelo de existir e se relacionar no campo, isso por que o debate não vem somente no sentido de construir um entendimento político de situar as LGBTs Sem Terra na luta, ele cumpre um dos objetivos do MST que é o da transformação social.

O acúmulo sobre gênero e diversidade sexual esta distante dos camponeses. Ele é fruto dos movimentos de luta nos espaços do urbano, o que aumenta o desafio, pois gênero, apesar de vir há mais tempo sendo debatido no MST e ter inclusive contribuído com nascimento do coletivo LGBT Sem Terra, também encontra limites organizativos e formativos. O nascimento do coletivo soma-se ao combate de opressões de gênero e diversidade sexual, desafiando-se a refletir as contradições manifestadas pelos preconceitos aflorados e reproduzidos. Soma-se também no

acumular politicamente, o pensamento refletido dessa construção, uma vez que se exige uma postura do MST sobre onde a luta LGBT se coloca como parte de um projeto de sociedade.

O desafio de se pensar como coletivo LGBT Sem Terra, que está em processo de formação e se aproxima das pautas e lutas do Movimento LGBT é enorme. Entretanto, muito se avançou na relação interna do MST e no Projeto de Reforma Agrária Popular, pois este processo de afirmação como sujeitos da diversidade sexual reafirma o papel histórico de um movimento social de massas que assume para si e para a sociedade, bem como para a história das lutas, essa bandeira de gênero e diversidade sexual.

Esse debate não está distante da relação com a agroecologia que vem sendo discutida também para além de produção, mas como o caminho para novas relações humanas e de produção de existência. A diversidade precisa ser incorporada ao debate de Reforma Agrária Popular como um processo que permite diferentes análises da sociedade e da organização. Por isso, precisa permear os espaços de luta e existência dos Sem Terra.

Na intenção final deste trabalho, e não do processo, permito-me dizer que diante de limites e avanços, refletir sobre este tema só reafirmou no entendimento das LGBT Sem Terra, que o debate de gênero e diversidade sexual fortalece a luta pela terra, pois, possibilita reafirmar que os mais diferentes latifúndios com seus patriarcados precisam ser ocupados e a terra libertada para construir novas formas de viver, produzir, amar e existir.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, MIRIAM, GARCIA, Mary Castro, Silva, Lorena Bernadete. **Juventude e sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro. Record: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**. Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.

CALDART, Roseli Salete. **Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**. 2013. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Desafios%20do%20v%C3%ADnculo%20entre%20trabalho%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20luta%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20Popular%20-%20Roseli%20Salete%20Caldart%20-%202013.pdf> Acessado em: 12/06/2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios**. *Educar em Revista*, (66), 2017, p. 141-155.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais, in **Serviço Social em Revista** / publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (jul./dez. 1998). Londrina: Ed. UEL, 1998.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Mátria: A emancipação da mulher**. Ano 6. Vol 5. Nº 6, Edição 2008. Brasília: Gráfica e Editora Brasil, 2008.

CORDEIRO, Agnaldo. **A homoafetividade no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Trabalho de Conclusão do Curso de História para Povos do Campo. CCHLA - Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As Donas no Poder. Mulher e política na Bahia.** Costa. - Salvador: NEIM/UFBa -Assembléia Legislativa da Bahia. 1998

Boletim DATALUTA – Artigo do mês: julho de 2011. ISSN 2177 – 4463. **Agravamento do quadro de concentração da terra no Brasil.** Gerson Teixeira Ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA

FACCHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta (o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In. NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thaís T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p 231-262.

FLAX, j. “Pós Modernismo e as relações de gênero na teoria feminista” in: Hollanda h. (org.) **Pós modernismo e política.** Rio de Janeiro. Rocco, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnica racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLIN, Neiva. A Perspectiva de Gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013, p. 257-282

HAWANY, Thonny. **Homofobia: Conceito, etimologia da palavra e consequências do ato.** GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homofobia-conceito-etimologia-da-palavra-e-consequencias-do-ato/> Acessado em: 15/10/2019.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 4 ed. Rio de Janeiro: 1992 Paz e Terra, (ed. or.: 1970)

HOUTART, François. Os movimentos e a construção de um sujeito histórico. In: boron, a. Atilio. Amadeo, javier. Gonzalez, sabrina. Org. **A teoria marxista hoje problemas e perspectivas.** 1º ed. Buenos aires. Expressão popular, são paulo, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1936].

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 367-444.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p. 85-94.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha. Diversidade sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na Luta pela Liberdade Sexual. In: NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, Thais T. MARRO, K (orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p 289-313.

MARTELO, Emma Zapata, GONZÁLES, Marta Gonzalez. ARELLANO, Blanca Lopez. **Mujeres Rurales Ante el Nuevo Milênio**. Fundacion Ford. México, 1994.

MELO, Denise Mesquita. **Subjetividade e Gênero no MST**: Observações Sobre Documentos Publicados entre 1979 e 2000. IN: GOHN, Maria da Gloria. Movimentos Sociais do século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; Petry, Analídia Rodolpho. **Transexualidade e Heteronormatividade**: Algumas Questões para a Pesquisa. Textos & Contextos: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011, p. 195

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo Novas Relações de Gênero, desafiando relações de poder**. MST Setor de Gênero. São Paulo. ANCA, 2003

MST. **Princípios da educação no MST**. Caderno de formação nº. 8. São Paulo: 1999.

MST. **Normas gerais e princípios organizativos do MST**. São Paulo: 2016.

MST. **Programa Agrário do MST**. 4ªed. São Paulo, 2015.

MST. **Diversidade Sexual no MST, elementos para o debate**. Caderno de Formação nº 05 – Setor de Gênero. São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agraria**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PATEMAN, Carol. **Críticas Feministas à dicotomia público/privado**. In: MIGUEL, Luís F.; BIROLI, Flavia, (orgs.). Teoria Política Feminista: textos centrais. Vinhedo: Ed. Belo Horizonte, 2013, pp. 55 – 79.

POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade e Educação: Cartografias de Uma Prática – conceito feminista. **Revista Texturas**, n. 23 p. 18 – 31, Jan/jun. 2011. Disponível em: < <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766>>. Acessado em: 16/05/2019.

RUBIN, Gayle. Thinking sex. Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. (ed.). **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993; p. 03-44.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2017. 144 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, Perseu Abrano, 2015.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Docências trans*: entre a decência e a abjeção**. Tese (doutorado em educação) - Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 445. 2017.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra**: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 55, p. 87-109, mar. 2015.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (orgs). **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017a, v.1, p. 141–172.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade, vol.20 jul./dez, 1995.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. tradução e notas Guacira Lopes Louro. 1ª ed. Belo horizonte. Autêntica editora, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de Conceitos Históricos**, 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

STEDILE, João Pedro. (org). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1964-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, João Pedro. **Latifúndio**: o pecado agrário brasileiro. Rio de Janeiro: RP Recorde, 2000.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 424 p. - (Edições do Senado Federal: v. 27)

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica

de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p. 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4239311/mod_resource/content/0/AULA%202%20-%20C%20-%20Weber-economia-e-sociedade%20-%20volume-2.pdf
Acessado em: 07/09/2019.